



“Fogo amigo” da UIR mata soldado “Embondeiro” Pág. 18



Prison Break de Natal: um filme mal contado Pág. 24

CARTA DA SEMANA

Com revista de **LOGÍSTICA** & supply chain

Director: Marcelo Mosse • Sábado 28 de Dezembro de 2024 • Edição Nº 18 • Ano 1 • Editor: Milton Machel

Joaquim Manjate, General na Reserva e estratega de guerra:



“Venâncio Mondlane não é forte, o Estado é que está a falhar!”

Pág. 03

Marcelo Mosse em Carta ao Leitor insta a um frente-a-frente:

“Chapo e VM7, baixem a bola e alcancem um acordo já!”

Pág. 06, 07 e 18



Pub.

DEPÓSITO MILLENNIUM 4x4

Curte o verão ao máximo

Constitua um Depósito Millennium 4x4 e habilite-se ao sorteio destes prémios.

Saiba mais →



Termos e Condições aplicáveis. Campanha válida até 31 de Dezembro. Consulte o regulamento em www.millenniumbim.com.mz

Millennium
bim
aqui consigo

É o teu Cartão.

Que te habilita a prémios.



1º Prémio

Computador Portátil



2º Prémio

Televisor 65 Polegadas



3º Prémio

Barra de Som

Quanto mais usares o teu cartão de débito e/ou de crédito em pagamentos iguais ou superiores a 500,00 MT nos POS daki, mais chances tens de ganhar nos sorteios bimestrais do BCI.

Preçário Cartões de Crédito:

Comissão de emissão: 240 MT
 Anuidade: Platinum: 6.000 MT | Gold: 1.600 MT |
 Classic: 800 MT | Tako: 300 MT
 Taxa de juro mensal: Platinum: 2.74% | Gold: 3.24% |
 Classic: 3.35% | Tako: 4.16%

Preçário Cartões de Débito:

Comissão de emissão: GRÁTIS
 Anuidade: Private: 850 MT | Exclusivo: 600 MT | BIO: 550 MT
 Comissão de Levantamento SIMORede: 9.50 MT
 Comissão de Levantamento Internacional: 250 MT
 Pagamento de Serviços: GRÁTIS
 Consulta de Saldos/Movimentos: GRÁTIS
 Transferências: Contas BCI: 25 MT | Contas SIMORede: 120 MT | Mobile: 25 MT

Campanha válida de 1 de Outubro de 2024 a 31 de Março de 2025.
 Sorteio válido para os cartões indicados acima. Aplicam-se comissões conforme o preçário em vigor. Para mais informações sobre as condições de adesão, consulte o seu gestor, a linha fala daki através do número grátis 800 224 224 ou www.bci.co.mz

BCI
É daqui

General na Reserva Joaquim Marcos Manjate

“Não é Venâncio Mondlane que é forte, o Estado é que está a falhar!”

Alertou-nos há exactamente um mês sobre a “bíblia” de Venâncio Mondlane para engendrar suas estratégias de mobilização de multidões de apoiantes, às “manifs” em curso contra os resultados das eleições gerais de 09 de Outubro: a chamada “Acção Não Violenta”, escalpelizada pelo politólogo norte-americano Gene Sharp, na sua obra “Políticas de Acção Não-Violenta”. Os bloqueios à mobilidade, provocados pelas sucessivas fases de protestos Venancistas, impediram-nos várias vezes de sentar com o General na Reserva e académico, Joaquim Marcos Manjate. Há 10 dias, tendo como mote o Venancismo e os seus efeitos perversos para o Estado Moçambicano, finalmente conseguimos entabular uma conversa com o autor dos livros “Análise Estratégica da Liderança na Guerra em Moçambique: Batalha da Zambézia (1986-1992)”, “Saber Negociar”. E acabamos por ficar a perceber um pouco mais sobre geoestratégia, geopolítica, liderança, subversão, negociação, segurança nacional, assuntos que lhe são caros. Segue a entrevista.

Texto: **Milton Machel**

Carta da Semana (CS): General Manjate, como ponto de partida, qual é a questão macro que vai balizar esta nossa conversa?

General Manjate (GM): Penso que, acima de tudo, como uma espécie de “umbrela” para esta nossa conversa, e o que vai presidir a tudo o que pretendo convosco conversar, está o interesse nacional, o que é bom para todos nós, que não é negociável. Então, tudo o que fizermos tem de ter a ver com o interesse nacional. Quanto ao conflito pós-eleitoral, pode-se dizer que é um facto histórico e já se podia imaginar que fosse acontecer, só faltava que alguém se aproveitasse desta situação. Moçambique já teve uma revolução e uma contra-revolução e agora não precisa de uma nova revolução e, sim, de evolução. Moçambique até já teve uma contra-revolução que seguiu os mesmos princípios que os de (Eduardo) Mondlane, mas a Renamo começou do campo e teve sucesso.

CS: Como se processa a evolução? Ou seja, o que significa?

GM: A evolução a que me refiro tem muito a ver com os preceitos das Nações Unidas, que é económico, social, político, ambiental e cultural. E isto tudo se resume em boa governação, segurança para todos, economia inclusiva, saneamento do meio, saúde e educação, estas são questões de soberania. Importa referir que, neste momento de crise, houve muita distração no que diz respeito à segurança e protecção territorial, porque se aproveita deste momento para agir de forma descomandada em Cabo Delgado, por exemplo. O único partido que combateu a contra-revolução que houve se transformou em muitos partidos e foi este partido que transformou positivamente a vida dos moçambicanos a todos os níveis, houve independência, mais es-

colas, educação, etc. O líder de qualquer movimento tem de estar à frente e o maior objectivo tem de ser alcançar as metas traçadas com o intuito de beneficiar a todos. E a liderança não é feita a solo, mas Venâncio parece não entender coisa alguma sobre liderança e visão. O Estado mostrou-se fraco por ter sido incoerente na defesa da segurança, da economia, permitindo que se bloqueassem vias de acesso e impossibilitando o curso normal da vida.

Uma das minhas recomendações, quando ainda estava como chefe da Inteligência, foi que em ocasiões destas devemos mandar os militares, desarmados, para a rua e tirar as barreiras colocadas pelos cidadãos e limpar as vias. Pode haver o que for, mas as estradas nunca devem estar bloqueadas, todas devem estar transitáveis. E, quando o Estado diz alguma coisa, é o que tem de acontecer. Venâncio Mondlane não está a defender nem a política e nem a democracia e as suas regras são descabidas pelo facto de ordenar a obstrução de vias, a paralisação total de actividades e, assim, criar desordem pública. Que líder é este que proíbe as pessoas de irem à escola, de irem ao hospital e ao mercado, então, se pegarmos as teorias de (Eduardo) Mondlane, não cabem. E, certamente, estas acções afectam a economia, da mais básica inclusivamente.

CS: Quais acha que são as causas do fracasso do Estado que ficou completamente à vista de todo o mundo pelos episódios chocantes ocorridos nestes protestos?

GM: O primeiro motivo é a liderança, ir à escola apenas não basta. Quando as coisas acontecem, a primeira coisa que devemos fazer é teorizar para que possamos saber “este acontecimento pertence a que teoria?” para que saibamos como agir devidamente. Mas o que aconte-



teceu é que não se sabia o que fazer para defendermos o interesse nacional, não temos a visão clara e os comandos certos. Quando uma doença entra no nosso corpo, significa que o nosso sistema imunológico não está bem. Assim acontece com o país, quando há desmandos no país, significa que o nosso sistema de defesa e segurança não está bom e, se tudo isto aconteceu, significa que o nosso sistema não está bem. Pode-se trazer militares de qualquer ponto do mundo, Ruanda, África do Sul, Burundi, etc., mas é importante que se faça uma introspecção acerca do que acontece internamente. Não é sobre o que Venâncio disse ou não disse, a questão é: o que nós fizemos para evitar as destruições?

Nós não culpamos os manifestantes pela desordem pública, há donos desta desordem pública e os donos são os que deixaram tudo isto acontecer, ou seja, nós é que não devemos permitir que certa doença se apodere do nosso corpo. Os polícias, por exemplo, não fizeram o que lhes cabia. Nós, que somos os detentores do poder para proteger a ordem nacional, é que não devemos permitir que se obstruam as vias, devíamos agir de modo que os bens públicos e privados estivessem seguros, que se continuasse o curso normal da vida dos cidadãos. Quem cometeu algum crime deve ir à justiça e não sei se a polícia teve medo de cometer

crimes salvaguardando a ordem pública. A teoria das Nações Unidas estabelece cinco pontos de defesa da segurança nacional, que são: o nível Individual, Local, Estado, Regional e Internacional. Venâncio Mondlane pode falar o que bem entender como qualquer outro cidadão, mas nós é que somos os responsáveis por salvaguardar a vida e a segurança nacional.

CS: Onde é que Venâncio Mondlane busca as bases para o que tem imposto? Há alguma estratégia ou método usado? Onde acha que tudo isto vai desaguar?

GM: A tecnologia ajuda o Venâncio a implementar os movimentos ou fases das manifestações, porque isto permite que se veja ou saiba o que aconteceu noutros países e se implemente. Porém, não sabemos onde tudo isto vai desaguar porque os objectivos não estão claros e ele se associa aos grupos de contra-revolução para a mudança de regime. É difícil levar as pessoas que não sabem para onde vão, digo isso porque os discursos das pessoas não são unânimes, algumas pessoas dizem que estão cansadas da Frelimo, outras dizem estar cansadas do presidente actual, Nyusi. E outros dizem que só seguem o que é ditado por Venâncio para não jogar no contra e sofrer sanções. Importa referir que tanto as igrejas (líderes religiosos) quanto os partidos estão em silêncio.

O ponto de partida deste movimento é a desordem do Estado e governamental e isso é usado para chamar a população a reclamar, mesmo sem terem sido publicados os resultados das eleições. Alguns dizem concordar com a causa de VM7, mas a pergunta é: como estas pessoas concordam com a destruição de bens alheios? Então é uma série de problemas que temos, que mesmo se o Venâncio fosse empossado presidente, não sei de onde começaria porque isto está um caos. Temos de compreender a história, saber o que é bom para nós e conhecer as questões de soberania como a saúde, educação, segurança e interesse nacional.

CS: Visto que o momento actual, tal como referenciou, está a criar distrações em relação ao problema de Cabo Delgado, que consequências podemos esperar?

GM: Para além de Cabo Delgado, temos os problemas de tráfico humano, roubo, vandalismo. Tudo isto porque já não temos polícias na rua com o fim de parar os carros e revistar, há um movimento livre. E as consequências serão sentidas, futuramente, a todos os níveis. Não é Venâncio Mondlane que é forte e, sim, o estado que está a falhar.

CS: Quanto a Cabo Delgado, em termos estratégicos e militares, que implicações este movimento Venancista traz?

GM: Há uma distração dos objectivos concretos, porque não podemos assistir às pessoas de Cabo Delgado a tempo. Toda a diversão tem consequências. Os militares e polícias foram concentrados numa outra área, ou seja, há desvio do número de tropas e recursos para Maputo e não naquela frente. Agora somos obrigados a cuidar dos manifestantes e não da “libertação” de Cabo Delgado.

Continua PAG. 04

“Não é Venâncio Mondlane que é forte, o Estado é que está a falhar!” (Continuação da PAG. 03)

CS: Um dos perigos a que se referiu na nossa longa conversa telefónica foi a criminalização da sociedade, através da activação de gangues. Pode elaborar?

GM: Haverá mais crime porque algumas pessoas envolvidas nas manifestações são desempregadas e consumidoras de álcool e drogas. Houve passividade dos polícias e o comportamento dos manifestantes vai obrigar que os polícias sejam mais duros, que sejam treinados para combater estes focos. Então, estes grupos devem ser banidos porque, futuramente, vão formar grupos independentes sem nenhum comando para agir em benefício próprio. Ademais, corremos o risco de ter o crime institucionalizado tal como ocorre na vizinha África do Sul porque nas zonas são envolvidas crianças e, após os assaltos, é feito um balanço dos resultados das acções.

CS: Nos últimos dias, tivemos o movimento da Inteligência militar de alguns países do Ocidente e a África do Sul estabeleceu as suas estratégias de como lidar com a situação actual de Moçambique. O que isto pode significar para a segurança e defesa da soberania nacional?

GM: Andei por algumas províncias do país e na África do Sul e é importante distinguirmos Inteligência e Informação. Muita coisa que está a ocorrer é a Informação (que é um conjunto de dados não processa-

dos), enquanto Inteligência é um conjunto de dados que nos podem levar a tomar uma decisão. Informação é tudo o que está a inundar os WhatsApps e outras redes sociais. E é com estas informações, de situações que ocorrem só em Maputo, que se tenta forçar a mudança de regime e forçar a vitória nas eleições.

CS: Qual é a sua perspectiva com relação ao anúncio da fase Turbo V8, dependente do anúncio do acórdão do CC, sendo que outrora o discurso de Venâncio Mondlane, quanto às manifestações, tinha a ver com a exclusão social perpetrada pela FRELIMO? (NE: a entrevista foi feita no dia 18 de Dezembro).

GM: Quanto ao posicionamento ou condicionamento da Fase V8 anunciada por Venâncio, há uma dissonância cognitiva no que Venâncio fala. Ele intitula-se vencedor e, a posterior, espera a confirmação dos resultados vindos do Conselho Constitucional e isso não pode acontecer porque parece que a luta pelos objectivos é mais pessoal do que colectiva. O certo seria formar equipas para lutar por alguma causa e não uma pessoa a falar por todos os moçambicanos de forma autónoma.

Actualmente, o que se vê é os cidadãos a chorar pelos seus bens e o total desrespeito pelos símbolos e personalidades nacionais. E outra coisa, somente

o Presidente da República pode decretar o luto nacional.

CS: Como militar e conhecedor de estratégias militares, o que tem a dizer relativamente às informações acerca da entrada de armamento bélico, ocorrida nos últimos dias, pela fronteira de Ressano Garcia, sem ter sido fiscalizado?

GM: O estado é um ser orgânico e está constan-

bique tem países amigos que não deixariam o país à deriva ou cair, caso seja necessário, eles vão ajudar. Apelo à atenção dos cidadãos moçambicanos e que evitem a desinformação advindas de especulações.



BI de Joaquim Marcos Manjate:

“Teórico da arte de guerra em Moçambique”

Joaquim Marcos Manjate é um oficial das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, General na Reserva, que durante a guerra civil desempenhou funções ao nível dos serviços da inteligência militar na Província da Zambézia. É também um académico e professor universitário. Como académico é autor da obra “Análise Estratégica da Liderança na Guerra em Moçambique: Batalha da Zambézia (1986-1992)”, um livro de aporte histórico e historiográfico, “de historiografia e epistemologia da História” segundo o próprio autor, tendo se baseado em fontes oriundas dos dois beligerantes: as FAM-FPLM e a Renamo. No seu prefácio, o General António Hama Thy considerou a obra uma proposta de arte da guerra em Moçambique. Lançado em 2013, escrito durante seis anos, este livro foi fruto de experiências vividas pelo autor durante mais de 20 anos, sobretudo enquanto foi posicionado na Zambézia, como Chefe de Reconhecimento, na inteligência militar do exército. Antes, em 2010, Joaquim Marcos Manjate publicara a obra “Saber Negociar - As dez partes da negociação”. Três anos antes desta obra, a 19 de Junho de 2007, defendeu, em Pretória, África do Sul, sua Tese de Doutoramento na Universidade da Commonwealth, intitulada “Análise Estratégica da Liderança na Guerra em Moçambique”. Esta tese foi a base da obra literária “Análise Estratégica da Liderança na Guerra em Moçambique: Batalha da Zambézia (1986-1992)”.

Pub.



Vizinhos de Maputo unem-se em patrulhas comunitárias nas madrugadas

O regresso da “Vigilância Popular” nos dias do fim do sinistro Nyussismo*

São vizinhos, juntam-se antes da meia-noite, às dezenas, de coletes refletivos, em grupos espontâneos e vigiam pela madrugada as ruas de Maputo, tentando dar segurança a quem fica em casa, num ambiente constante de tensão.

Texto: Paulo Julião

Estes vigilantes preferem não dar a cara e nestes grupos, de algumas dezenas cada, que a Lusa acompanhou durante uma patrulha pelo centro de Maputo, não se fala de política, a mesma que levou às manifestações e conflitos pós-eleitorais que há mais de dois meses marcam Moçambique.

“Segurança à minha família, a mim, em primeiro lugar, e aos meus vizinhos, para começar. Esta situação, como toda a gente sabe, deixa toda a gente alarmada. Então, é para garantir a segurança de todos. Não só aqui do bairro, mas à volta, nos arredores, também”, explica um destes vigilantes. “É uma organização espontânea”, garante.

A ideia surgiu de um encontro na quinta-feira entre membros dos vários bairros do centro de Maputo, deu origem a vários grupos de whatsapp organizados por zonas da cidade e na mesma noite passou à prática. A fuga de mais de 1.500 detidos da Cadeia Central de Maputo, no dia de Natal, motivou a necessidade de segurança, ainda que andem desarmados, como a Lusa constatou.

“Estamos todos num grupo e comunicamos se há alguma situação”, explica. Assumem o papel de vigilantes, por estes dias, mas antes de mais são vizinhos a zelar pela segurança uns dos outros.

“Sentimos essa necessidade de segurança, principalmente depois de os prisioneiros terem fugido. Todos os bairros da cidade se concentraram (...), fizeram-se subgrupos para cada zona específica e o nosso objetivo é dissuadir e tentar identificar potenciais ameaças”, explica outro destes vigilantes, que tem a seu cargo as ruas do bairro Sommerschild.

Patrulhas que se prolongam pelas “horas críticas”, até às 04:00, mas até agora sem nenhum problema. “Mas é para



Foto: Luísa Nhamumbo

dar segurança às pessoas, somos todos vizinhos (...) Cada zona tem o seu grupo”, conta, sendo que durante estas patrulhas os vários grupos cruzam-se e estão sempre contactáveis para qualquer apoio.

“Se houver algum problema enviam a localização e vamos ver o que se passa. Ontem, por exemplo, encontramos um portão aberto, um falso alarme (...), fomos todos lá, mas foi um falso alarme (...) mas houve outras zonas onde se encontraram pessoas a tentar vandalizar e depois, em coordenação com as autoridades, elas vão lá ter. Nós só estamos a vigiar e a dar segurança, principalmente nesta zona onde nesta altura do ano há muitas casas vazias”, sublinha.

Nestes grupos juntam-se várias nacionalidades, todo o tipo de classes sociais, cada um com a sua profissão, mas são sobretudo vizinhos que não discutem política. “Ninguém faz perguntas a ninguém, estamos aqui só mesmo para vigiar, porque sabemos que neste momento a polícia não está com a capacidade toda para ir a todos os sítios e nós somos mais uns olhos a ver e a dar segurança, porque as pessoas também estão cansadas deste sentimento de insegurança”, admite.

Moçambique vive desde segunda-feira uma nova fase de tensão social, na sequência do anúncio dos resultados finais das eleições gerais, que che- ghou a ser marcada por saques,

vandalizações e barricadas, nomeadamente em Maputo.

O caos anunciado

O Conselho Constitucional (CC) proclamou na segunda-feira Daniel Chapo, candidato apoiado pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo, no poder), como vencedor da eleição a Presidente da República, com 65,17% dos votos, sucedendo no cargo a Filipe Nyusi, bem como a vitória da Frelimo, que manteve a maioria parlamentar, nas eleições gerais de 09 de outubro.

Pub.

Este anúncio provocou novo caos em todo o país, com manifestantes pró-Venâncio Mondlane - que obteve apenas 24% dos votos - nas ruas, barricadas, pilhagens e confrontos com a polícia, que tem vindo a realizar disparos para tentar a desmobilização.

Na tarde de 25 de dezembro, pelo menos 1.534 reclusos evadiram-se da Cadeia Central de Maputo, de máxima segurança, disse, no mesmo dia, o comandante-geral da polícia, afirmando tratar-se de uma ação “premeditada” e da responsabilidade de manifestantes pós-eleitorais e em que morreram 33 pessoas.

“Esperamos nas próximas 48 horas uma subida vertiginosa de todo o tipo de criminalidade na cidade de Maputo”, afirmou Bernardino Rafael, garantindo que entre os reclusos em fuga, dos quais apenas cerca de 150 foram recapturados, estão 29

“terroristas”, alguns “altamente perigosos”.

Segundo o comandante-geral da polícia, a evasão da Cadeia Central de Maputo, na cidade da Matola, a 14 quilómetros do centro da capital moçambicana e que contava com cerca de 2.500 condenados e detidos, resultou da “agitação” de um “grupo de manifestantes subversivos” nas imediações.

Pelo menos 134 pessoas morreram desde segunda-feira nas manifestações pós-eleitorais em Moçambique, elevando a 261 o total de óbitos desde 21 de outubro, e 573 baleados, segundo o último balanço feito pela plataforma eleitoral Decide.

De acordo com o mais recente balanço daquela Organização Não-Governamental (ONG) moçambicana que monitoriza os processos eleitorais, com dados até ao final de quinta-feira, só em quatro dias 228 pessoas baleadas. (Lusa)

* Título da inteira responsabilidade da Carta da Semana

É o teu Cartão.

Que te habilita a prémios.

Quanto mais usares o teu cartão de débito e/ou de crédito em pagamentos iguais ou superiores a 500,00 MT nos POS daki, mais chances tens de ganhar nos sorteios

Campanha válida de 1 de Outubro de 2024 a 31 de Março de 2025.



1º Prémio Computador Portátil
2º Prémio Televisor 65 Polegadas
3º Prémio Barra de Som

CARTA DO LEITOR

Deixe de cantar o hino, senhor engenheiro

Texto: Margarida Ntsai

Começo pelo fim: o engenheiro Venâncio (que agora nos deseja boas festas) já nos tinha ameaçado que não haveria festas de Natal nem celebrações de fim-do-ano. Decretou que as festas religiosas deviam ser celebradas não nas nossas casas, mas em manifestações nas ruas. Sou católica, venho de uma família católica. Nunca pensei que alguém pudesse ter a veledade de interferir em algo tão sagrado como as celebrações natalícias. O ditador Maduro, da Venezuela, já tinha mandado alterar as datas do Natal. Todos se riram dessa presunção. Só podia ser uma anedota, só podia sair da boca de um palhaço. Infelizmente, no nosso caso, os mandamentos do Venâncio Mondlane não podem ser motivo de riso. Nunca em Maputo se destruiu tanto num só dia: hospitais, postos de energia, armazéns de medicamentos, lojas, condutas de água, bens públicos, repartições e serviços. Tudo que era nosso, agora ficou de ninguém. Tudo que era construção, ficou ruína.

O banco de sangue do Hospital Central que eu, por razões imperiosas de saúde, preciso de frequentar, deixou de funcionar. Os funcionários e os dadores de sangue ficaram bloqueados na estrada. Agora, já não há reservas de sangue. A minha vida ficou nas mãos dos caprichos de um todopoderoso. Que fique claro: o senhor pode não ser o único responsável. Mas é o senhor o maior culpado da massiva destruição. O senhor é, como dizia o presidente Bush, uma arma de destruição massiva.

A pergunta é a seguinte: quantos anos de construção do nosso património comum foram destruídos num único dia? Conheço e reconheço os argumentos dos que acusam a FRELIMO como uma causa de toda esta tensão. Eu também partilho dessa acusação. A corrupção de uma elite predadora está na raiz da nossa pobreza. Mas os pobres, senhor engenheiro, os pobres não são estúpidos, os pobres não são desprovidos de moral, os pobres sabem que a saída desta situação não pode ser por via desta violência. Por isso, deixamos de palavreado. Os donos



das pequenas lojas que foram vandalizadas no meu bairro não vão vender argumentos políticos aos seus clientes. Não vão dar de comer aos filhos as culpas de uns ou de outros. Todos os que foram vítimas desta violência cega (e fomos todos nós, do Rovuma ao Maputo) não poderão ser consolados com a sua retórica política. Os únicos que talvez estejam contentes com esta destruição do nosso tecido social serão os extremistas que, em Cabo Delgado, cortam a cabeça dos nossos irmãos. Não se esqueça, caro engenheiro Venâncio: o caos serve o terrorismo. São irmãos gémeos, filhos de um mesmo pai e da mesma mãe.

Deixemos, pois, de invocar razões políticas para aquilo que apenas tem a ver com o bom senso, com o amor à nossa pátria. Só existe um sentimento que, agora, nos pode unir: reconhecer que esta destruição cega não pode ser o caminho. O inimigo político tem um nome? Pois atinjam esse inimigo. E deixem-nos em paz. Estes tumultos que o senhor insiste em chamar de “manifestações” só agravam a miséria em que vive a grande maioria. Essa pobreza foi, em grande parte, provocada pela má gestão e pelo desgoverno dos últimos anos. Mas um dirigente da oposição não pode convidar ao suicídio coletivo do seu próprio país. Nenhum médico pode mandar incendiar o hospital onde ele promete tratar os seus pacientes.

Ainda estávamos a pagar uma dívida oculta que serviu criminosamente uma pequena

elite. Agora vamos pagar durante muitos anos uma nova dívida que foi provocada pelo vandalismo comandado pelo engenheiro VM7. A nuvem de fumo que cobriu a cidade das acácias vai continuar a pairar durante anos e anos. Dentro dessa nuvem vão crescer os nossos filhos. Não há bombeiro que apague esse fumo.

Nunca tive paciência para assistir a uma “live” do pastor. Pela primeira vez, dei-me ao esforço de seguir o anúncio da Turbo8. Era véspera do Natal. E fiquei assustada mesmo antes de VM7 começar a pregação. Enquanto ele dava tempo para juntar uma audiência mais volumosa, fui lendo os comentários dos seus seguidores. Aquilo não era uma plataforma virtual: era um templo e os crentes saudavam não um líder político, mas uma entidade divina.

Como já disse, sou religiosa e já assisti a diversos cultos transmitidos por via televisa. Mas eram assumidamente cerimónias religiosas. Não misturavam propaganda eleitoral com os assuntos de Deus. O que mais me assustou nessa “Live”, porém, foi o tom de ódio com que o pastor invocava constantemente um Deus vingativo, um Deus munido de machados, fogachos e punhais. Um Deus sedento de sangue, de cinzas e de ruínas. Não era esse Deus que eu conhecia. O meu Deus é o do amor, do abraço e da reconciliação. Mas foi esse outro Deus das pragas e dos apocalipses que o pastor Mondlane convocou.

O país, decretou Venâncio, estava entre a “paz e o caos”. Moçambique estava entre a “vida e a morte”. Disse isto antes de ontem. Pois todos nós despertamos hoje no meio do caos, no meio da morte. E fomos todos castigados como se fossemos todos nós os culpados. A nação moçambicana, toda inteira, foi condenada. O mundo vai olhar para nós como um território de desordeiros, onde não vale a pena investir, para onde não vale a pena sequer viajar de férias porque sabe-se lá se, chegando ao aeroporto da capital, apenas se pode circular de ambulância ou de carro funéreo de acordo com as ordens “superiores”.

Por isso, senhor Venâncio, faça as suas reivindicações, faça a sua luta de modo a não matar Moçambique. Outros países brigaram, ainda recentemente, pela verdade eleitoral. Na Venezuela, juntaram-se milhares de pessoas nas ruas. Mas os protestantes nunca paralisaram as cidades. Nunca incendiaram, saquearam ou bloquearam as estradas que, como alguém já aqui escreveu, pertencem a todos e não aos caprichos de um candidato. Na Geórgia, milhares de pessoas juntaram-se nas ruas para protestar contra os resultados das eleições. Mas nunca ninguém os encorajou a criar o “caos em todo o país”. Agora, senhor engenheiro, é tarde demais para desdizer o que está gravado. O senhor disse que, caso não validassem a sua vitória, seria desencadeado o “caos”. E cumpriu-se a sua vontade: vandalizaram-

-se lojas, armazéns, escolas, repartições, tudo foi alvo de destruição. Um ciclone chamado Chido matou gente em Moçambique. Pois um ciclone chamado “caos” devastou toda a nossa economia. Saquearam pequenos negócios mas atacaram também grandes projectos que dão emprego a milhares de pessoas e que trazem divisas para a nossa economia. Vandalizaram prisões e libertaram perigosos criminosos. Tudo isto lembro para lhe dizer, senhor Venâncio, as nações são entidades com raízes na história. Mas há países que se partiram ao meio, que deixaram de ser países, que passaram a ser ingovernáveis por causa da absoluta ganância pelo poder. Este nosso país é grande, mas é frágil como todas as criaturas vivas.

Comecei este texto pelo fim. E, agora, acabo por onde devia começar. Caro Venâncio Mondlane: não volte nunca mais a cantar o hino nacional. Porque esse hino, esse hino chama-se a “Pátria Amada”. E o senhor não ama a sua pátria. Você ama-se a si mesmo. Não, senhor Venâncio, não nos volte a mandar cantar o hino. Porque, da próxima vez, cantaremos quando nós quisermos. E cantaremos contra si que usa as costas dos mais pobres para fazer sozinho a sua carreira. Não se esqueça, senhor Venâncio: o hino nacional fala contra os tiranos. Que não são apenas os corruptos da FRELIMO. Você também é um deles. Um tirano que, mesmo sem chegar ao poder, já nos está a escravizar com mais cem anos de fome e de pobreza.

CARTA AO LEITOR

Marcelo Mosse
Director

Daniel Chapo e VM7, baixem a bola e alcancem um acordo já!

Nos últimos dias, Cyril Ramaphosa procurou mediar o diferendo vigente em Moçambique. Ele mandou para cá o senhor Sidney Mufamadi, um velho *apparatchik* do ANC, com a missão de procurar estabelecer uma ponte de diálogo entre os partidos dos quatro candidatos presidenciais das eleições de 9 de Outubro, ganhas pela Frelimo e pelo seu candidato Daniel Chapo, de acordo com a proclamação do Conselho Constitucional.

Fholisani Sydney Mufamadi é o Conselheiro para a Segurança de Ramaphosa. Foi Ministro da Segurança e Protecção de 1994 a 1999 e Ministro dos Governos Provincial e Local de 1999 a 2008. Ele veio a Maputo numa iniciativa de negociação que envolvia os préstimos do conhecido diplomata e comentador televisivo Agostinho Zacarias (procuramos entrevistar Zacarias, mas em vão).

A iniciativa redundou num fracasso sem paralelo. Os representantes partidários (Albino Forquilha, Lutero Simango e Ossufo Momade) foram convidados para um gabinete, onde receberiam Mufamadi, depois que este terminasse sua visita de cortesia ao Presidente Filipe Nyusi. Durante cerca de quatro horas, eles foram esperando, esperaram, mas o emissário sul-africano nunca deu a cara. Todo o seu tempo foi gasto na cavaqueira com Nyusi. O que terá lá acontecido, poucos sabem!

A presença de Mufamadi em Maputo mostrou que a tensão local preocupa o regime sul-africano. Aliás, há quem conjectura que Pretória esteja a ponderar enviar para cá sua tropa para proteger os “seus” interesses energéticos em Moçambique. Bom, isto é uma especulação, que encerra também muito “non sense”. Os moçambicanos precisam de



uma solução que ultrapasse este tipo de “bantustinização”.

Essa solução passa cada vez mais pela atitude e proactividade de duas pessoas. Daniel Chapo e VM7. Os dois estão “empatados”. Porquê? Ambos têm legitimidade limitada, coarctada.

Daniel Chapo foi proclamado oficialmente “Presidente-Eleito”, mas sua legitimidade popular é limitada, quer se queira quer não. E qualquer “forcing” que ele faça para se impor como “único” Presidente dos moçambicanos, suportado pela ala castrense do Estado, vai descarrilar na ingovernabilidade e, provavelmente, em mais violência protagonizada pela corrente oposicionista de VM7.

Venâncio Mondlane também é autoproclamado “Presidente-Eleito”, mas sua legitimidade está em queda vertiginosa. Sob seu comando, nos últimos dias, milhares de moçambica-

nos foram violentados, mortos, agredidos, na sequência dos seus apelos para uma insurreição popular turbinada, que descambou na vandalização de propriedade pública e privada, pequenos negócios de gente honesta, postos de emprego de milhares de moçambicanos.

Muitas das vítimas desta violência avulta são pessoas que tinham alguma consideração por VM7, mas que hoje estão lhe dando as contas. Ele perdeu boa parte da sua credibilidade. De modo que, tal como Daniel Chapo, VM7 deve baixar a bola, refrear sua presunção de vitória, pois, para muitos moçambicanos penalizados pelos recentes dias de horror, ele ainda não demonstrou uma verdadeira aura de Estadista para além da propensão incendiária que lhe tolda a mente.

Os dois devem, pois, subir os carris da concórdia e “txopelar” no comboio do diálogo. Não vislumbramos outra

saída para Moçambique, neste momento. O diálogo entre os dois candidatos mais relevantes (o do Partido no poder, proclamado oficialmente, e o mais votado da oposição, que reivindica vitória) é a única saída para o nosso problema.

E esse diálogo, essa discussão a dois, deve começar já. E a única agenda deve ser como evitar a escalada da violência em Moçambique, como apaziguar a actual tensão social. O ponto de chegada desse diálogo ver-se-á mais tarde. Uns pensam que deve ser um Governo de Unidade Nacional, outros sugerem um Governo de Transição e outros ainda um Governo de Gestão.

Para nós não importa qual deles. Importa apenas que, depois dessa discussão, se chegue a um acordo de governabilidade deste país. É disto que os moçambicanos estão à espera depois da barbárie servida dos dois lados da barricada.

CARTA DA SEMANA

Com revista de LOGÍSTICA & supply chain

Ficha Técnica

Director:

Marcelo Mosse

Editor Executivo:

Milton Machel

Suplemento de Logística:

Evaristo Chilingue

Colunistas:

Alexandre Chauque, Amade Camal, Nelson Saúte, Jorge Ferrão, Hélio Guiliche, Nando Menete, Adelino Buque.

Administração e vendas:

Delfim Maciel

Grafismo, marketing e publicidade:

Guy Mosse

Agências:

AIM e LUSA

“Carta da Semana” é uma publicação da “Carta de Moçambique Sociedade Unipessoal”, e está registado legalmente sob o número: 09/GABINFO-DEPC/2024,

CONTACTOSSede: Av Ngungunhane, N° 155
MATOLA - MOÇAMBIQUE

Telefone: 00 258 82 9811780

WhatsApp: 00 258 82 9811780

Email: carta@cartamz.com

Webpage: www.cartamz.com

Caixa postal : 704

Número de Registo de Entidades

Legais: 21571/11/01/PS/2018

Número de contribuinte fiscal:

400912319



Elísio Macamo escreve sobre o cargo de Presidente da República



Por: Elísio Macamo

O cargo (x)

O Artigo 96 (Política económica) é, uma vez mais, sintomático duma concepção que considero problemática de política num país plural. Diz ele o seguinte: “1. A política económica do Estado é dirigida à construção das bases fundamentais do desenvolvimento, à melhoria das condições de vida do povo, ao reforço da soberania do Estado e à consolidação da unidade nacional, através da participação dos cidadãos, bem como da utilização eficiente dos recursos humanos e materiais.”

Não sei se devia ser assim.

Um Estado de partido único tem uma política económica. Um Estado que tem vários partidos políticos potencialmente susceptíveis de assumirem o poder não tem isso. A razão é simples. Se a política económica pudesse ser determinada constitucionalmente, a ideia de pluralismo político deixava de fazer sentido. Seria como o que amiúde se tem feito de elaborar agendas nacionais (Agenda 2025, por exemplo) em que se diz tim-tim por tim-tim o que se vai fazer em cada sector económico. Nunca pode dar certo. A Constituição não pode limitar a criatividade e a orientação política dos partidos numa área tão determinante para a viabilização dum plano de governação.

Nada disto quer dizer, contudo, que a Constituição não tenha a obrigação de proteger certos bens. Bens são protegidos através da definição de direitos fundamentais que em caso nenhum devem ser postos em causa. Proteger os mais vulneráveis, por exemplo, é uma obrigação do Estado. Nenhuma política económica pode ser feita sem observar esta obrigação e o direito que dela decorre. E o problema no nosso país é que mesmo apesar de termos um Artigo 96 que proclama objectivos nobres de boca cheia, vivemos num país em que a desigualdade resulta directamente da acção daqueles que, pelo seu



próprio punho, assinaram esse documento base.

O que isto nos diz sobre o cargo? Muita coisa, mas a essencial é política. Governar resume-se a um exercício conceitual simples. Existem objectivos que se pretende alcançar, definem-se medidas políticas para que esses objectivos sejam alcançados e promovem-se certos princípios que viabilizam as medidas políticas. Dito doutra maneira, a Constituição estabelece balizas. Dum lado existe a baliza dos princípios, coisas como transparência, igualdade de oportunidades, equidade, etc. e doutro lado existe a baliza dos objectivos que são, na sua essência, valores, portanto, coisas como dignidade humana, liberdade, autonomia, etc. Governar é jogar dentro destas balizas, portanto, promovendo princípios e protegendo valores.

E é justamente neste ponto onde temos claudicado. É quase impossível observar princípios e valores num contexto em que a cultura política é dominada pelo expediente. No nosso caso, o expediente é a prontidão dos governantes para sacrificar princípios no altar de preferências políticas. Quando se alcançou a “paz definitiva”, por exemplo, através do recurso ao princípio de descentralização, deitou-se isso por terra com a introdução da figura do Secretário de Estado como forma de proteger a prerrogativa do governo de continuar a mandar nas províncias caso a oposição ganhasse. Ou por outra, sacrificaram-se princípios em nome de

preferências políticas.

É claro que num contexto assim, dificilmente será possível governar de forma coerente. O pior, contudo, é que o problema não se verifica ao nível de quem governa. As manifestações que trouxeram o país à beira do caos obedecem à mesma lógica. Há pessoas que dizem estarem a lutar por um país melhor. Através das manifestações promovem um princípio importante que é a cidadania. Isto é, promovem o princípio da cidadania como forma de proteger a participação política que é um valor crucial em qualquer sistema político democrático. Não obstante, as mesmas pessoas que promovem a cidadania tornam-se hostis a qualquer pessoa que lhes seja crítica, e não só. Em nome dum país melhor, essas pessoas estão dispostas a fazer mal a terceiros – portanto, às vendedeiras de mercado que não podem ganhar a vida porque alguém está a “organizar o país”, aos doentes que não podem ir aos hospitais, aos alunos que não podem usufruir das poucas escolas que existem porque são vandalizadas, etc.. Isto é, em nome das suas preferências políticas mandam passear o princípio que as devia guiar.

Ser guardião da verdade encontrada na Constituição implica governar dentro das balizas constitucionais e, acima de tudo, investir tudo o que for necessário para que a acção política não degenera. Ela degenera quando se sacrificam princípios em nome de preferências.

O Abençoado foi baleado no bairro Luís Cabral...



Por: Sérgio Raimundo

A única vez que vi um padre branco, no bairro, foi quando um dos acólitos da Igreja de São José de Lhanguene fez anos. As senhoras do bairro se tinham pendurado nos quintais e iam apanhando pequenos restos de bênçãos, em forma de cruz, que o Padre Pestana atirava em todos os becos. Disputavam as bênçãos como cadelas sobre um osso.

O Padre Pestana cantou, orou e abençoou o acólito. E nós, estendidos sobre o quintal do acólito, vimos o Padre de olhos fechados a derramar, de mãos abertas, bênçãos sobre as terrinas de feijoadas e uma bandeja de salada de alface murcha com cadáveres de moscas boiando de patas ao léu.

Depois chegou a hora de o Padre ir-se embora. Jesus Cristo foi solicitado por uma oração para acompanhar o Padre. Era tarde e Jesus Cristo devia estar a dormir, porque o Padre foi acompanhado por duas senhoras gordas da igreja.

À saída de um antigo armazém, dois sujeitos bloquearam o caminho do Padre. Enxotaram com um pontapé as senhoras, arrancaram o relógio de prata do Padre, desprezaram o terço do pescoço do Padre e Jesus Cristo, de mãos abertas na pequena cruz, rendeu-se ao assalto.

“Estão a matar Padre Pestana”, gritaram as duas senhoras e o bairro todo saiu para o beco. Tupac, um grande assaltan-

te do bairro, conseguiu, depois de horas de perseguição, trazer um dos ladrões embrulhado numa corda e com o terço na mão. A polícia, quando chegou, encontrou um cadáver cheio de sangue no lugar do ladrão. Tinha sido fuzilado!

E no dia seguinte, na missa, o Padre orou pela alma do ladrão e pediu a Deus para que desse prosperidade a Tupac em nome do terço que tinha recuperado: “que a obra desse homem multiplique-se”.

E a obra de Tupac multiplicou-se no bairro. Deixou de roubar panelas no bairro, passou a roubar fogões e botijões de gás. Em horas livres dedicava-se a violações de raparigas e, de quando em quando, enchia sacos com roupa molhada dos estendais. A sua obra multiplicou-se em outros bairros vizinhos e derramou processos em esquadras. E Tupac, pelo sucesso nos roubos, pelas fugas impressionantes às rusgas da polícia, ganhou um novo nome “O Abençoado Pelo Padre Pestana”. Anos e anos a polícia à procura do Abençoado e nada.

Quando eu tinha 15 anos, o Abençoado foi baleado no bairro Luís Cabral. À beira da morte, no hospital José Macamo, foi visto o relógio do Padre Pestana no pulso do Abençoado. O relógio marcava a hora certa da partida do Abençoado e do fim da sua obra que não parava de se multiplicar.



Por: Renato Caldeira

Paixão em cada letra!

Tinha eu 16 anos, provinciano recém-chegado de Quelimane, olhos e olhares esbugalhados perante o “néon” da então Lourenço Marques. O futebol era uma loucura. Nos bairros, o destaque ia para Mafalala e Xipamanine, com tudo a culminar na baixa, no “chilunguine”. Ter acesso a um campo e poder ver estrelas como Abel Miglietti, Carlitos, Baltazar ou Mombaça, que tinham nível para entrar “de caras” nos chamados três grandes de Portugal, era quase um sonho. As quinhentas da minha família de oito irmãos eram contadas e recontadas para chegar para a alimentação básica, mais os lanches e os livros escolares, que passavam de irmão mais velho para irmão mais novo.

CRESCER E APARECER

Decorria o ano de 1964 e eu dedicava-me inteiramente à profissão de tipógrafo, onde era aprendiz de compositor manual. Surgiu então, como produto de alguma irreverência própria da juventude, a ideia de começar a escrever algumas crónicas desportivas no já desaparecido “Diário de LM”, jornal que ficava ao lado da Catedral. Fiz um texto e colocaram-me à experiência na Secção Desportiva. Passei a trazer resultados e fazer pequenas crónicas dos jogos de futebol das II e III divisões, mais as partidas de juniores. O “salário” era um cartão de livre-trânsito que me permitia assistir a praticamente todas as competições desportivas.



Aos 18 anos

A meio da semana, havia a oferta de dois bilhetes de cinema. Esmerava-me, era assíduo, pois até me considerava bem remunerado. Saía do Chamanculo com uma dezena de amigos e era o único com um livre-trânsito, pelo que não tinha que aguentar filas e empurrões nos por-

tões, até à altura em que o porteiro decidisse preencher as clareiras das bancadas.

Entrar na Redacção do Diário de LM e beneficiar de uma secretária para rabiscar as

minhas crónicas sem ter a então “cor adequada”, era uma aventura. Uma raridade. No meu bairro residencial e porque assinava os trabalhos, a minha mãe passou a ser conhecida, não pelas suas virtudes, mas por ser progenitora de um miúdo cujo atrevimento até lhe permitia escrever no jornal.

Do tempo em que trago as primeiras memórias até aos dias de hoje, posso dizer que se muita boa coisa aconteceu na minha vida, a principal razão resume-se numa palavra: paixão! Em cada palavra e em cada vírgula, vivendo e evoluindo face às responsabilidades que me foram surgindo. Não houve um qualquer tapete verde.

Comecei por escrever à mão. Lendo, relendo e bastas vezes deitando os rascunhos para o lixo, para refazer ideias. Depois, seguiu-se a máquina de escrever, sem dúvida uma facilitadora de todas as horas. Foram noites e madrugadas de entrega, de sonhos... sem sono. Com o curso industrial de permeio. Os tempos eram mais do saber fazer do que lutar por um diploma.

Cursos e palestras felizmente não faltaram. Em contrário, a nada agradável “visita”, por três vezes, às barras do tribunal, para responder por escritos como autor e/ou responsável, devido às funções de Director Editorial numa das publicações em que estive inserido.

O prazer comanda a vida

Dizer que foi uma vida de sacrifício, não seria totalmente verdade. Estaria a esvaziar todo o prazer e militância que guiaram as minhas acções. Foram sim, momentos indescritíveis, tensões e emoções positivas e que não caberiam em mil páginas de um livro.

A terminar, ocorre-me fazer minhas as palavras de um poeta português: “eu nunca trabalhei na vida. Tudo o que fiz, foi por prazer”!

E como ainda me pagavam e proporcionavam viagens pelo Mundo...



Com Roger Kindon campeão olímpico



Ministro Magala quer corredores logísticos mais competitivos

O Ministro dos Transportes e Comunicações, Mateus Magala desafiou os profissionais do sector que dirige a tornarem os corredores de desenvolvimento cada vez mais eficientes e atractivos. O desafio foi feito durante o derradeiro Conselho Coordenador do Ministério neste quinquénio, havido no último final de semana na capital do país.

“Precisamos de uma análise profunda sobre a necessidade de tornar os nossos corredores mais eficientes e atractivos, por forma a maximizar a sua utilização e os respectivos ganhos para a economia nacional e melhoria das condições de vida das comunidades locais”, desafiou o governante.

Para além da melhoria das infraestruturas e reforço de meios de transporte, Magala disse que o sector projecta para o futuro mobilidade verde e amiga do ambiente, devendo-se criar incentivos necessários para a transição energética no sector dos transportes.

O apelo acontece numa altura em que, segundo Magala, o sector dos transportes regista alguns avanços mercê dos investimentos que têm sido feitos. O Conselho Coordenador constatou progressos na implementação da visão do sector, de promover o uso de transporte de

massas, tendo sido implementadas diversas iniciativas como a alocação de mais carruagens, que permitiram o aumento da frequência dos comboios de passageiros, bem como a abertura de novas rotas.

No ramo rodoviário, o balanço do Conselho Coordenador do Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) detalha que a área metropolitana de Maputo recebeu 22 autocarros articulados, com capacidade de mais de 150 passageiros, cada, facto que está a descongestionar as paragens nas horas de ponta, para além da alocação de mais 20 autocarros de capacidade média que estão a reforçar a mobilidade nas diversas áreas urbanas ao longo do país.

Na componente marítima, a mobilidade melhorou, significativamente, com a alocação de uma embarcação na travessia Quelimane - Recamba, na Zambézia, recondicionamento e retoma de operações das embarcações “Kanyaka”, na Cidade de Maputo, e “Chambo”, no Lago Niassa, decorrendo trabalhos para o recondicionamento da embarcação “Manyerere” para o reforço da mobilidade, nos próximos dias.

Ainda na prioridade sobre a mobilidade, o Conselho Consultivo assinalou a conclusão da elaboração do Plano Director, um instrumento que vai me-



lhorar a coordenação da implementação das iniciativas de mobilidade na área metropolitana de Maputo, onde decorrem, igualmente obras de ajustamento das infraestruturas rodoviárias para a implementação do Bus Rapid Transit (BRT).

No que toca à segurança rodoviária, o XLII Conselho Coordenador do MTC reconheceu que se registou um abrandamento dos índices de sinistralidade rodoviária, como resultado das reformas que o Sector tem vindo a implementar.

Contudo, reconhecendo a gravidade da sinistralidade rodoviária no país, o Conselho Coordenador orientou ao regulador rodoviário para prosseguir com as reformas em curso, privilegiando o uso das tecnologias de informação e comunicação na

formação, educação, monitoria e fiscalização do trânsito rodoviário.

Em relação à acessibilidade, o Conselho Coordenador destacou resultados satisfatórios na implementação de projectos estratégicos, com referência a ampliação e modernização das infraestruturas de transporte, nos principais corredores, tais como: a duplicação da linha férrea de Ressano Garcia, no Corredor de Maputo; conclusão da reconstrução e requalificação da linha férrea de Machipanda, no Corredor da Beira; ampliação e modernização do Porto de Nacala, no corredor do Norte; bem como a aquisição de equipamento rolante para responder à crescente demanda do transporte ferroviário de mercadorias no país e na Região.

Para a consolidação do impacto destes investimentos, o Conselho Coordenador do MTC constatou haver necessidade de acelerar as reformas em curso para a simplificação de procedimentos administrativos por forma a tornar os corredores moçambicanos mais competitivos e atractivos.

Quanto à conectividade, a abordagem foi como o sector dos Transportes e Comunicações pode acelerar o processo de digitalização do país, tendo sido apresentadas e aprofundadas diversas iniciativas para

o cumprimento da meta fixada, de prover internet para todos os moçambicanos até 2030, proporcionando igual oportunidade de desenvolvimento a todos cidadãos, independentemente da sua localização geográfica ou condição social.

Consta do balanço que o sector dos Transportes e Comunicações deverá liderar o processo de transformação digital do país implementado iniciativas de digitalização dos serviços e dos processos, priorizar o atendimento remoto, marcando o fim do uso do papel.

Nas reformas das empresas tuteladas pelo Sector dos Transportes e Comunicações, os participantes reconheceram o impacto positivo das intervenções realizadas nas empresas Linhas Aéreas de Moçambique, Moçambique Telecom (TmCel) e na TRANSMARITIMA, orientando para prossecução deste trabalho, consolidando os ganhos obtidos e considerando os ajustamentos que se mostrarem necessários, em função de cada realidade.

Participaram no XLII Conselho Coordenador dirigentes e quadros do MTC, de Institutos e empresas do Sector, representantes de ministérios, sindicatos, associações dos operadores e outros convidados de instituições públicas e privadas. **(Evaristo Chilingue)**

Grindrod define foco para 2025 e reflecte sobre 2024



© Grindrod

A Grindrod, empresa de logística cotada na Bolsa de Valores de Joanesburgo (JSE), numa actualização pré-fecho comercial de 19 de Dezembro, disse que o seu foco no futuro seria impulsionar o crescimento no manuseamento de granéis, manuseamento de contentores, capacidade logística e transporte ferroviário e de transporte, acrescentando que a procura pela oferta de serviços logísticos da Grindrod e os seus fundamentos empresariais a longo prazo permanecem sólidos.

A margem de lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) no seu segmento Portuário e Terminais manteve-se saudável em 35% este ano, abaixo dos 42% em 2023.

A margem Ebitda do segmento de Logística abrandou para 22%, abaixo dos 30% do ano anterior, devido ao ambiente operacional desafiante, à redução da movimentação de contentores e ao aumento da corretagem de transporte com margens baixas. Este impacto foi parcialmente mitigado pelo sólido desempenho dos negócios ferroviários, de agenciamento de navios e de compensação e expedição, disse a empresa.

A dívida bruta da empresa, em 30 de Novembro, era de 3,1 mil milhões de rands, acima dos R2,9 mil milhões em Junho, o que representa um aumento de R200 milhões, principalmente como resultado do investimento em infra-estruturas a granel e ferroviárias.

Com uma dívida líquida de 400 milhões de rands, abaixo dos 500 milhões de rands em Junho, e com um rácio de dívida líquida em relação ao capital próprio de 4%, abaixo dos 5% em Junho, a alavancagem da Grindrod continua baixa. “O mercado de *commodities* de granéis sólidos de exportação que foi experimentado no primeiro semestre deste ano continuou no segundo semestre”.

Ao longo de 2024, o crescimento económico chinês moderado, a desaceleração persistente no mercado imobiliário chinês e os desenvolvimentos geopolíticos mais recentes pesaram no mercado da carteira de produtos de exportação de granéis sólidos da Grindrod, acrescentou a empresa.

De 1 de Julho a 30 de Novembro, a descida média do preço registada no cabaz de produtos sólidos de exportação da Grindrod foi de 28% em comparação com o período homólogo.

No entanto, o desempenho dos preços do crómio, cobre e manganês foi resiliente e cresceu 10%.

Após os anúncios de política de estímulo por parte da China, o impacto sobre a procura de minério de ferro e de aço foi decepcionante, uma vez que o estímulo inicial não foi direccionado para a aceleração dos sectores imobiliário e de infra-estruturas, disse Grindrod.

Além disso, na África do Sul, o ambiente operacional apresentou alguma melhoria no cais, tanto em Durban como em Richards Bay, com o desempenho do volume a reflectir isto.

A Grindrod movimentou 5,1 milhões de toneladas nos seus terminais multifuncionais de granéis sólidos de Richards Bay e Durban, um aumento de 28% em relação ao período anterior. Richards Bay relatou um notável aumento de volume na sua operação de correia transportadora, após o seu recomissionamento bem-sucedido em janeiro de 2024, apoiado pelo sólido desempenho dos Terminais Portuários da Transnet no cais.

No entanto, a logística ferroviária de entrada no terminal

Navitrade em Richards Bay continua a ser uma área de foco, observou a empresa.

Além disso, o negócio ferroviário concentrou-se na renovação das 13 locomotivas repatriadas da Serra Leoa e em vários compromissos antes do previsto acesso aberto ferroviário sul-africano.

O desempenho dos negócios de agenciamento de navios e de compensação e expedição manteve-se forte, apesar do ambiente operacional desafiante, acrescentou Grindrod.

Moçambique boas notícias, apesar de...

Entretanto, no quarto trimestre do ano, os protestos em Maputo tiveram impacto nos fluxos de volume para o recinto do Porto de Maputo, afectando o desempenho operacional do porto e das sub-concessões de granéis sólidos da Grindrod.

Os protestos, que começaram a 21 de Outubro e, posteriormente, concentraram-se na fronteira de Komatipoort ou Ressano Garcia a partir de 24 de Outubro, resultaram em encerramentos intermitentes de fronteiras. Consequentemente, 24 navios sofreram atrasos e

seis foram cancelados por falta de stock no cais até 30 de novembro, destacou a empresa.

Além disso, o terminal de granéis sólidos do Porto de Maputo, que movimentava principalmente crómio, atingiu 13,2 milhões de toneladas no período de 11 meses até 30 de Novembro, o que é 14% superior ao período comparável anterior.

“O forte impulso de desempenho de volume no segundo semestre sustentou o porto contra o impacto dos protestos. Em agosto, o porto atingiu um recorde de 1,4 milhões de toneladas, sustentado pelo mercado dinâmico de crómio, pela elevada reserva de stock no cais e pela eficiência operacional”, destacou a empresa.

Os terminais de granéis sólidos da Grindrod em Moçambique movimentaram 10,2 milhões de toneladas, o que representa uma quebra de 13% face ao período anterior e foi impactado pelos protestos e pelo fraco mercado do carvão.

A participação de 24,7% da Grindrod nos lucros do Porto de Maputo foi de 320,5 milhões de rands, um aumento de 37% face aos 233,7 milhões de rands em 2023, disse a empresa. (*Engineering News*)

Pub.

Acreditar num mundo melhor é fazer acontecer.

Sabe mais em mozabanco.co.mz

FUNDAÇÃO CLARISSE MACHANGUANA

MOZA

Ferrovia pan-africana: uma visão revolucionária

Num movimento usado para remodelar o panorama dos transportes em África, a União Africana (UA) pôs em marcha um dos projectos de infra-estruturas mais ambiciosos que o continente alguma vez viu – a Rede Ferroviária Africana Integrada de Alta Velocidade (AIHSRN).

Com um investimento alvo de milhares de milhões de dólares, esta iniciativa visa ligar mais de 60 grandes cidades em África através de um sistema ferroviário contínuo e de alta velocidade, melhorando significativamente o comércio, a mobilidade e a integração económica.

Espera-se que a rede ferroviária seja um facilitador fundamental da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), abrindo novas possibilidades para o comércio e a cooperação intra-africanos.

A Visão: Uma Rede Ferroviária Pan-Africana para o Futuro

O AIHSRN é mais do que um simples projecto de transportes; é um projecto visionário para o futuro de África. O objectivo global é criar um sistema ferroviário moderno e eficiente que ligue os principais centros políticos, económicos e comerciais do continente.

Uma vez concluída, a rede não só proporcionará opções de viagem mais rápidas, seguras e fiáveis, como também reduzirá drasticamente os custos de transporte, tornando a circulação de mercadorias e pessoas através das fronteiras mais fácil do que nunca.

O plano da UA para este sistema ferroviário integrado está alinhado com a sua Agenda 2063 – um quadro estratégico para a transformação socioeconómica do continente. Em meados do século XXI, a Rede Ferroviária Africana Integrada de Alta Velocidade servirá de espinha dorsal do sistema de transportes continental de África, unindo regiões que se encontram actualmente isoladas por vastas distâncias e infra-estruturas inadequadas.

Uma rede de conectividade: ligar 16 países sem litoral à costa

Uma das características de

destaque da AIHSRN é a sua concepção para incluir 16 países africanos sem litoral, permitindo-lhes obter acesso directo aos portos marítimos e outras rotas comerciais críticas.

Com os portos a servirem frequentemente como linhas de vida vitais para as economias dos países sem litoral, esta rede ferroviária facilitará trocas comerciais e económicas mais suaves através das fronteiras nacionais, reduzindo a dependência do transporte rodoviário, que é muitas vezes ineficiente e propenso a perturbações.



A rede ferroviária africana criará também ligações mais rápidas e fiáveis entre as principais cidades. Por exemplo, Nairobi (Quênia), Lagos (Nigéria), Adis Abeba (Etiópia) e Joanesburgo (África do Sul) estarão mais directamente ligados através de ligações ferroviárias de alta velocidade.

Estas ligações não só tornarão as viagens mais convenientes, como também aumentarão as oportunidades de negócio, permitindo às empresas transportar produtos através das fronteiras com muito menos tempo gasto no transporte.

Dinamizar o crescimento económico e a integração regional

A AIHSRN proporcionará um catalisador para a integração económica regional, abordando alguns dos desafios mais prementes de África.

Para as empresas de todo o continente, a rede ferroviária de alta velocidade servirá como uma alternativa econó-

mica e oportuna às redes de transporte rodoviário e aéreo, muitas vezes pouco fiáveis, actualmente em vigor.

Além de melhorar as rotas comerciais, a rede ferroviária abrirá novos corredores económicos, especialmente nas zonas rurais onde o acesso ao transporte é limitado.

À medida que o comércio aumenta, as empresas beneficiarão da redução dos custos de transporte, tornando os produtos africanos mais competitivos no mercado global. A melhoria da conectividade também estimulará o turismo,

que antes eram inimagináveis.

Para muitas nações africanas, este é um passo importante no desenvolvimento de cidades inteligentes e na criação de ambientes mais urbanizados onde as pessoas possam viver e trabalhar de forma mais eficiente.

Dinamizar o emprego e a transferência de tecnologia

As fases de construção e operação da Rede Ferroviária Africana Integrada de Alta Velocidade também irão gerar enormes oportunidades de emprego, especialmente em

Velocidade seja imensamente promissora, enfrenta desafios significativos. Um dos obstáculos mais imediatos é garantir o financiamento necessário.

Com um custo estimado em vários milhares de milhões de dólares, o projecto exigirá investimentos substanciais, não só por parte dos governos africanos, mas também de investidores internacionais, bancos de desenvolvimento e parcerias público-privadas.

Outro desafio é a vontade política de implementar o projecto em diversas nações com diferentes prioridades, sistemas políticos e níveis de desenvolvimento de infra-estruturas.

No entanto, espera-se que o forte compromisso da UA com o pan-africanismo e a cooperação regional desempenhe um papel crucial na superação destes obstáculos. A visão da União Africana para a rede é clara: é um esforço partilhado que só poderá ter sucesso se todos os países africanos se unirem para financiar, construir e manter o sistema ferroviário.

Olhando para o Futuro: Um Projecto Transformador para o Continente

A Rede Ferroviária Africana Integrada de Alta Velocidade deverá tornar-se um factor de mudança para África, com potencial para remodelar o tecido económico e social do continente.

Ao ligar 60 grandes cidades e ligar os países sem litoral a portos vitais, promoverá a integração económica, reduzirá os custos de transporte e criará uma economia africana mais interligada e resiliente.

Este projecto representa não só um desenvolvimento de infra-estruturas físicas, mas também um símbolo do futuro que África está a lutar: um continente unido pelo comércio, pela inovação e pela prosperidade partilhada.

À medida que a rede começa a ganhar forma, será um testemunho do compromisso de África com o desenvolvimento, a modernização e a cooperação intercontinental, provando que o futuro dos transportes africanos não é apenas um sonho, mas uma realidade que se aproxima rapidamente. *(The Africa Logistics)*

sectores como a construção, a indústria transformadora e as operações ferroviárias.

Isto proporcionará aos trabalhadores locais competências em indústrias de alta tecnologia, aumentando ainda mais as capacidades do continente em engenharia, tecnologia e produção.

Uma característica fundamental desta rede ferroviária é o potencial de transferência de tecnologia, o que ajudará a desenvolver o conhecimento local na construção, manutenção e operações ferroviárias.

As colaborações com parceiros globais no desenvolvimento da AIHSRN conduzirão também à partilha de conhecimentos e à introdução de tecnologias ferroviárias de ponta no mercado africano, impulsionando a inovação em todo o continente.

Vencer Desafios: Financiamento e Vontade Política

Embora a Rede Ferroviária Africana Integrada de Alta

que tem potencial para crescer significativamente com um acesso mais rápido aos destinos turísticos em todo o continente.

Melhorar a mobilidade dos cidadãos africanos

Para além dos benefícios económicos, a Rede Ferroviária Africana Integrada de Alta Velocidade transformará a vida quotidiana de milhões de cidadãos africanos.

Para muitas pessoas em todo o continente, as viagens de longa distância têm sido historicamente lentas, dispendiosas e, muitas vezes, inseguras. A AIHSRN promete proporcionar um modo de transporte confortável, seguro e eficiente que irá melhorar drasticamente a mobilidade interurbana.

Com a introdução de comboios modernos e de alta velocidade, a rede facilitará uma circulação mais rápida entre cidades, permitindo que as pessoas se desloquem para trabalho ou lazer de formas

Perdão Presidencial:

Nyusi não concedeu indulto aos condenados das “dívidas ocultas” (Carta ERROU)

Há pouco menos de um mês de deixar a Presidência da República, Filipe Nyusi concedeu indulto a 1119 condenados nos estabelecimentos penitenciários de todo o território moçambicano, com efeitos desde passado domingo, dia 22. Ele fez o anúncio na quinta-feira da semana passada, numa intervenção televiscionada.

O PR não concedeu qualquer indulto aos condenados das “dívidas ocultas”, como erradamente escrevemos no texto de capa da edição número 17 da “Carta da Semana”. A lista final dos indultados foi já publicada em Boletim da República, através do em Decreto Presidencial número 22/2024.

No texto anterior, “Carta da Semana” escrevia que, entre os abrangidos, estavam oito réus condenados no processo das “dívidas ocultas”, que ainda cumpriam pena, nomeadamente Ângela Leão, António Carlos do Rosário, Bruno Tandane Langa, Cipriano Mutota, Fabião Mabunda, Gregório Leão, Ndambi Guebuza e Teófilo Nhangumele.

Trata-se de um erro grave, pelo qual nos penitenciamos, pedindo todas as desculpas a todas as pessoas e entidades mencionadas no artigo.

Nyusi explicou que, do total dos indultados, 919 receberam o por completarem metade da pena, outros por terem sido



condenados à prisão até um ano e um recluso por sofrer de uma doença grave. “Este é o grupo dos nossos compatriotas que preenchem os requisitos necessários para que se beneficiem desta medida excepcional”, disse Nyusi.

A possibilidade de a lista dos indultados incluir os condenados das “dívidas ocultas” havia sido avançada, antes da “Carta da Semana”, por outros jornais.

No seu serviço por email “Zitamar News” esta publicação avançava, na sexta feira, o seguinte:

“Condenados por ‘dívidas ocultas’ podem estar entre os perdoados”- (CanalMoz, AIM)

O Presidente Filipe Nyusi concedeu ontem indultos a

1.119 condenados nas prisões, com efeitos a partir de domingo. (...) Os condenados no caso de corrupção das chamadas “dívidas ocultas” podem estar entre os beneficiários do perdão, e a maioria deles cumprirá metade da pena em Fevereiro de 2025, enquanto outro a completou em Fevereiro deste ano, abrindo a porta a um possível perdão, segundo reportagem do CanalMoz. Fonte da Procuradoria-Geral da República disse ao Zitamar News que as pessoas que tenham apresentado recurso das suas sentenças não devem ser perdoadas, o que inclui pessoas detidas no caso das dívidas ocultas”.

“Carta da Semana” apurou que, nas últimas semanas, o Ministério da Justiça e Assuntos Religiosos esteve a analisar um

expediente encontrado para libertar os condenados das “dívidas ocultas”, nomeadamente através do argumento de que os mesmos já haviam cumprido metade da pena, o que lhes daria alegadamente o benefício da liberdade condicional. Filipe Nyusi mandou a Ministra Helena Kida (Justiça e Assuntos Constitucionais) para tratar pessoalmente do expediente.

Ela foi vista várias vezes no Estabelecimento Penitenciário do Lígamo, onde a maioria dos réus do processo das “dívidas ocultas” estão presos.

Três dos arguidos, nomeadamente Ângela, Cipriano e Fabião, já cumpriram metade da pena em Setembro. Os restantes só terão cumprido em Março de 2025. “Nos corredores da advocacia moçambicana, alegava-se que os o restantes também mas poderia beneficiar do mesmo expediente da soltura por liberdade porque a tramitação da soltura por liberdade condicional sempre começa três meses antes da data relevante.

De acordo com uma fonte de “Carta”, a equipa técnica encarregue de avaliar a soltura dos indultados rejeitou-a alegadamente porque seus casos nunca chegaram a transitar em julgado pois todos eles recorreram das suas sentenças proferidas pelo juiz Efigenio Baptista, em Julho de 2022. (Carta da Semana)



Pub.



TU MERECEZ TUDO

A casa do Futebol com TUDO
o que desejas da Liga Inglesa!



~~1.400 MT~~
999 MT



Premier League

Escolhe o pacote certo para ti:

DStv Grande +80 Canais



Programa disponível na tua DStv

WHATSAPP

+371 0000 93788

Baixar já!

Google Play | App Store

USDD *788#

Termos e Condições aplicáveis.

Vasco Fenita e a arte de costurar redes e textos de bolas de futebol

Texto: Jorge Ferrão

Ninguém se despede do mundo a 25 de Dezembro. Essa é data de chegadas; recomeços. Nem as consciências humanas aceitam concorrências desavindas com o Redentor. Os humanos evitam as disputas com os celestiais. Procuram e seleccionam suas próprias datas, espaços e tempos. Assim, podem eternizar os seus feitos e glórias.

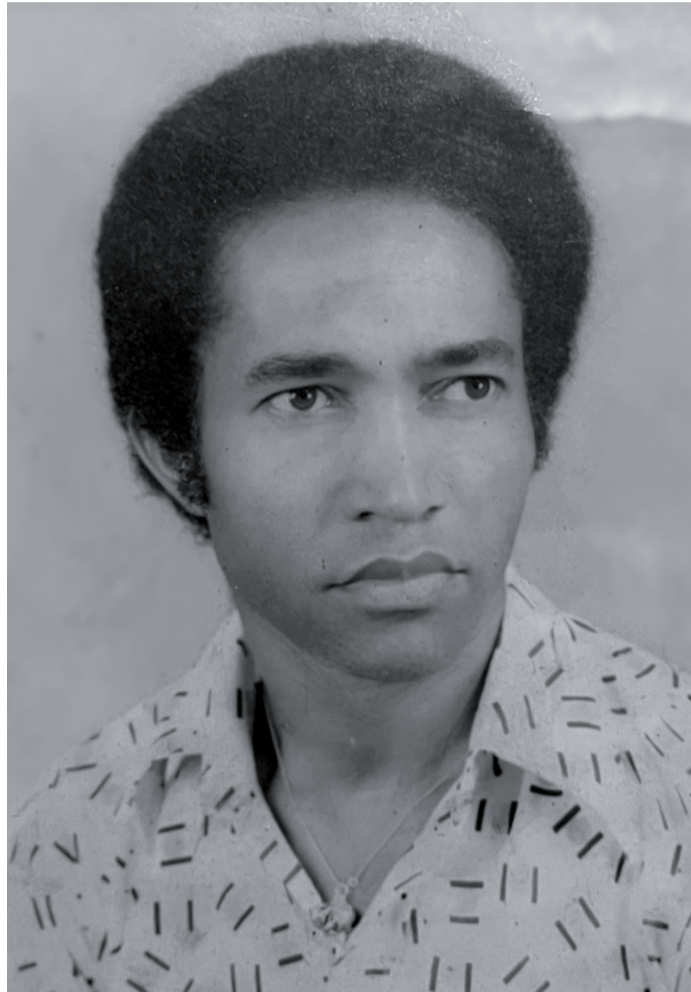
Nampula, essa capital de tantas conexões e emoções, se vestiu de lilás e xadrez, bandeiras quadriculadas, para apagar as últimas velas da consoada. Desconcertaram os abraços de alegria, para cruzarem com as lágrimas da compaixão.

O final de um ciclo, de um pujante e proeminente editor e jornalista, Pai e Mentor, que já exausto, decidiu ir escrever novas matérias nas alturas, num desporto sem trapaça e nem dribles ousados. Tudo no dia da maior festa da humanidade.

Irreverente e perspicaz, Vasco Fenita, regressou, pois, às origens, ao espaço das estrelas, de um espaço onde nunca soube sair. O ser humano descende dos céus. Aqueles que vivem 90 anos, então, regressam de forma triunfal como lendas. Reencontram a razão de terem passado pela terra.

Vasco Fenita, natural de Tete, nasceu estrela, porém, soube estruturar motivos para viver como constelação. Mais de 20 anos de futebol activo e privou com o Pai do Carlos Queiroz e o próprio Queiroz. Foram 60 anos dedicados ao jornalismo e 90 oferecidos para o mundo, seus amigos e familiares. Ele foi o mais antigo e activo jornalista que este país alguma vez conheceu.

Exímio na arte do drible, no futebol, com os seus pés encantou estádios, emocionou adeptos e levou à loucura os simpatizantes do verde e branco, suas cores predilectas. As cores de um leão que rugiu em Quelimane, Nam-



pula, Lourenço Marques e, lá para a metrópole, que ofereceu seus palcos aos nossos mais finos e nobres artistas da bola. Do furor dos estádios para o jornalismo desportivo foi consequência. A arte de costurar redes e bolas de futebol traduzidas para Os Lusíadas, através de nomes sonantes como José Craveirinha e Fernando Pessoa. Estes eram os seus predilectos. Ele próprio um Vasco da Gama da palavra e dos descobrimentos. Coleccionou vários escritores, porém, estes eram os poetas e cronistas que mais o enfeitaram.

Assim, como os deuses sempre foram alfaiates, Vasco Fenita interpretou e costurou os cânones do esmero e aprumo da escrita nos seus requintados textos. Criou uma ligação afectuosa, testemunhada e assertiva, com seus leitores, servindo das suas matérias para enviar recados, de toda ordem e natureza, palavras de desacordo, opiniões enviesadas e os elogios e apreço para quem estrelava.

Lutou por um país digno, honesto e ordenado; uma re-

pública. Sabia que nem todos os fins são legítimos, e que nem todos os métodos são apropriados. É necessário guiar a escolha respeitando as escolhas de cada um.

Me confessou, uma vez, que não imaginava que estivesse seguro para colocar suas crónicas à disposição dos leitores. Por essas alturas, já levava mais de 40 anos de carreira. Humildade exagerada. Mas, ele sabia que era detentor de uma combinação harmónica impressionante, de linguagem ajustada, identidade própria e ideias muito peculiares. Suas palavras suavizavam derrotas e faziam parecer que vitórias e derrotas eram, apenas, desporto. Relativizava o sofrimento e evitava disputas extra campos e muros.

Era um dos jornalistas mais discretos que, mesmo assinando seus textos, eles permaneciam impecáveis, cheios de pudor, mistérios, uma espécie de quem estende a mão, mas tem medo que lhe roubem os dedos. Com este carácter, formou dezenas de novos jornalistas e transmitiu os segredos e a arte de bem comunicar.

Nos recordaremos dele como essa bússola que apenas indicava o Norte, com total precisão, porém, sem nunca mencionar os obstáculos até ao destino final. Um homem que viveu unindo margens, sem, necessariamente, mostrar as pontes.

Foi homenageado algumas vezes, porém, muito poucas, para a sua dimensão e grandiosidade. Merecia outro reconhecimento e essas medalhas nacionais que, muitas vezes, se escapam, aos cidadãos de mérito e servidores de causas.

Passou por diversas redacções, incluindo o Notícias, Revista Tempo, Diário de Moçambique, A Bola, e muitos outros, porém, ter criado o primeiro jornal independente no Norte de Moçambique, o deixou lisonjeado e glorificou seu nome na eternidade da história do jornalismo do nacional. Seu jornal virou uma grata referência ao jornalismo moçambicano e lusófono, como bandeira fundamental no enriquecimento da língua, convenhamos, na defesa da verdade, rigor e integridade,

bem como dos valores da cultura moçambicana. Foi um cultor de uma crónica rabiscada e um editor atento, de luxo e mérito.

Neste Natal, de sentido invertido, pouco celebrado, com doses de gás lacrimogéneo, balas e saques desproporcionais, quando as nossas cidades se vestiram de cadáveres e irracionalidade, também quisemos pensar no Velho Vasco Fenita. Uma espécie de exercício de remissão e indulto desse iconoclasta do jornalismo desportivo moçambicano.

Minha sentida homenagem à sua família, mais próxima e distante, aos amigos e admiradores, que se prostaram diante desse decanato jornalístico, exemplo de longevidade, dos chutes na bola que geraram genialidade nos seus textos, e das frases enigmáticas que só ele conhecia o sentido e a profundidade.

Ao Eleutério, a Florbela, ao Aurélio, ao Arsénio, ao Sérgio e Flora Fenita, um abraço condoído de amizade e compaixão.

A Ilha da Inhaca como Reflexo da Falência do Estado Moçambicano



Por: Álvaro Fausto Taruma

A Ilha da Inhaca, um pedaço de terra cercado pelo Índico, poderia ser um paraíso para turistas e um porto seguro para os seus habitantes. Em vez disso, é um microcosmo das falhas estruturais e políticas que assolam Moçambique. Apesar de uma paisagem deslumbrante e de um potencial económico latente, a ilha enfrenta uma crise sistémica que reflecte a ineficácia do Estado em garantir condições dignas aos seus cidadãos.

Nos últimos anos, o governo investiu em infra-estruturas como tribunais, mercados e praças públicas. À primeira vista, estes projectos parecem positivos, mas, na prática, tornam-se monumentos à inoperância. Dois dos três mercados construídos estão vazios, sem qualquer actividade comercial. A nova ponte pedonal e os tribunais contrastam com o número insignificante de casos judiciais e a ausência de iniciativas para gerar emprego ou aliviar a fome que domina a ilha.

Turismo em declínio

A economia da Inhaca sempre dependeu do turismo, mas a realidade actual é alarmante. O turismo de qualidade declina a cada ano devido às elevadas taxas impostas aos visitantes e à ausência de serviços básicos. Os recursos arrecadados são aplicados de forma obscura, enquanto as praias carecem de quiosques, casas de banho ou salvas-vidas. Projectos turísticos enfrentam barreiras devido à classificação da ilha como reserva marinha, mas a preservação ambiental não parece acompanhada de estratégias para equilibrar sustentabilidade e desenvolvimento económico.

Pesca e agricultura em colapso

A pesca, outra actividade central,

também está em queda. Sem apoio do governo para modernizar embarcações ou criar condições para a pesca de alto-mar, os pescadores locais enfrentam o declínio diário do pescado. Por outro lado, a agricultura é praticamente inviável devido à salinidade dos solos, mas faltam políticas públicas para promover alternativas viáveis, como a aquacultura ou técnicas agrícolas adaptadas.

A juventude abandonada

Para os jovens da Inhaca, o futuro é desolador. Sem escolas técnicas e com a necessidade de migrar para Maputo para estudos universitários ou melhores oportunidades, muitos acabam por sucumbir ao álcool ou aceitar trabalhos precários. A ausência de políticas que capacitem os jovens contribui para o ciclo de pobreza e desesperança.

Infra-estruturas versus necessidades reais

A discrepância entre as infra-estruturas construídas e as necessidades reais da população levanta questões sobre a prioridade do governo. Para que serve um tribunal numa comunidade com quase zero casos judiciais? Como se justifica um projecto de 7 milhões de dólares para uma ponte-cais quando a fome é a realidade dominante?

O Estado acima do cidadão

Por detrás destes problemas, emerge uma questão maior: a centralização do poder. O Estado parece agir como um fim em si mesmo, sufocando a participação cívica e a autonomia das comunidades. Não há incentivo para que os cidadãos tomem as rédeas do seu destino, nem transparência sobre como os recursos são aplicados.

A Ilha da Inhaca, que faz parte, como distrito, da gestão municipal de Maputo, é um espelho do que acontece noutras partes de Moçambique: investimentos sem impacto, falta de transparência, ausência de políticas eficazes e um Estado que parece desconectado das necessidades do povo. Sem uma mudança estrutural, a ilha e o país continuarão a enfrentar um futuro marcado pela desigualdade e pelo desperdício de potencial.

O bairro está de volta!



Por: Nando Menete

Por conta do dia da família, 25 de Dezembro, e mesmo diante das restrições de mobilidade, muitos foram passar parte do dia em casa dos avós dos filhos. Para os pais foi uma ocasião de regresso ao bairro que os viu nascer e crescer. Fora um e outro vizinho que vendeu a escassa e soberana conquista da independência, a casa do APIE (Administração do Parque Imobiliário do Estado), também resistem na vizinhança um e outro vizinho que preserva esta conquista.

Fui um dos afortunados que regressou ao bairro. O meu vizinho, que também funciona como a memória institucional do bairro, e que levava-me ao colo ao futebol e falava, às escondidas, de um outro país que habitávamos, estava à varanda e sinalizou-me que precisava entabular uma conversinha comigo. Anui o convite. O sinal foi o mesmo que o sinalizava, ainda garoto, para mais uma aula - percebo hoje - de cidadania e ciência política. Para os miúdos do bairro a primeira universidade. Corriam os anos oitenta e o ensino privado era até proibido.

Feito o protocolo familiar fui à varanda do vizinho. "Meu filho, o bairro está de volta!". Assim fui recebido. À partida até pensei que o bairro estivesse de volta por conta da minha presença, pois já não ia ao bairro fazia algum tempo. Debalde. Não era sobre a minha presença que ele falava, mas do facto de o bairro ter voltado a falar e articular entre vizinhos os assuntos que os afectavam enquanto comunidade.

"Meu filho, a última reunião do bairro e do quarteirão em que participei Samora vivia". Em seguida, o vizinho relatou-me a reunião ocasional em que participara com os vizinhos, entre antigos (poucos) e novos, a maioria (novos proprietários ou inquilinos). O mote fora a falta de corrente eléctrica por conta da queda/avaria de um PT (Pos-

to de Transformação), que acabou por afectar algumas das casas do bairro.

A queda do fornecimento da energia até que era normal no bairro. Mas desta vez, e talvez pelo actual contexto de crise e incerteza pós-eleitoral, cada vizinho fez o seu contacto e esperou nas cercanias do PT pela equipe da EDM, Eletricidade de Moçambique. Às escuras decorreu a reunião, e como resultado foi constituído um grupo de WhatsApp e levantadas as principais acções conjuntas, destacando as de vigilância, limpeza e segurança.

Depois de ouvir a boa nova lembrei-me, ainda garoto, das reuniões e limpeza do quarteirão e do bairro. Lembrei-me, sobretudo da liderança na mobilização e concretização de acções conjuntas de interesse colectivo. Tenho ainda em mente três chefes de quarteirão. O meu vizinho até frisou este detalhe na conversa e de que hoje, infelizmente, mal sabe quem é o chefe de quarteirão e as formas da sua indicação.

Para ele, o cargo de chefe de quarteirão, nos tempos que correm, que paradoxalmente são os tempos de democracia constitucional, deveria ser o primeiro e permanente contacto democrático de base e ao serviço da comunidade, e não um mero departamento local de negócios para a emissão da Declaração de Residência. "Meu Filho! Podes escrever: o bairro está de volta!". Anui e assim terminou a fala com o meu outrora, e sempre vizinho.

Aliás, e a propósito: os ventos que sopram da área nuclear da cidade e da de expansão metropolitana de Maputo onde, e pela primeira vez, os vizinhos e pessoas com interesses na área circundante se articulam em nome e defesa da colectividade, fazem fé, e reitero, as palavras de esperança do meu eterno vizinho: "O bairro está de volta!".

Pub.

É o teu Cartão.

Que te habilita a prémios.

Quanto mais usares o teu cartão de débito e/ou de crédito em pagamentos iguais ou superiores a 500,00 MT nos POS daqui, mais chances tens de ganhar nos sorteios bimestrais do BCI.

Campanha válida de 1 de Outubro de 2024 a 31 de Março de 2025.

[Clique para mais informações.](#)



BCI
É daqui

Moçambique: a mudança não dever ser confiada a nenhum pretenso Messias...



Por: Rafael Marques de Morais**

Há muitos anos, a minha mãe desistiu de ver os noticiários televisivos do seu país, Angola. Diz que a irritam profundamente, por causa das mentiras e da propaganda desmedida, que transmite uma imagem do país completamente diferente da realidade vivida pelo povo – plena de sofrimento e opressão. Em contrapartida, acompanha diariamente os noticiários de Moçambique, país onde nunca esteve e com o qual apenas tem em comum a língua oficial. Intrigado por este facto, perguntei-lhe porque tinha trocado os noticiários de Angola pelos de Moçambique.

Na sua modéstia de camponesa urbana, respondeu-me que lhe interessavam as realidades do povo moçambicano por serem semelhantes às dos angolanos. Segundo ela, acompanhar Moçambique pela televisão é similar a ver o quotidiano de Angola na tela, mas sem as dores de coração que o sofrimento do seu povo lhe causa.

Sobre a situação actual, disse apenas, no seu resumido português: “Lá em Moçambique dizem que a causa desta confusão toda é a batota das eleições. Parece que o povo já não quer mais os que estão no poder. É o povo que continua a sofrer.”

A Frelimo está prestes a completar 50 anos ininterruptos ao comando do poder. Tornou-se uma força que rouba a vontade popular dos moçambicanos, as suas esperanças e o seu futuro. Ao longo do último meio século, a independência nacional e a liberdade dos moçambicanos foram convertidas em tráfico de influências para garantir a riqueza exclusiva de um selecto grupo de membros da Frelimo, suas famílias e associados empresariais. Reina a exclusão e o empobrecimento.

A sociedade moçambicana está farta do jugo corrupto da Frelimo, do seu comportamento de cartel de traficantes de tráfico

de influências.

De certo modo, a espiral de violência no país é fruto do banditismo político e da deseducação promovida por este antigo movimento de libertação, que não deixa outra opção ao povo. Tem havido uma persistente negação da paz social, sem respeito pelo serviço público, pela boa governação e pela dignidade dos cidadãos.

A violência é, para milhares de cidadãos, uma expressão de desespero. Mas é também a melhor oportunidade para muitos bandidos, incluindo aqueles que se querem perpetuar no poder pela força, desejosos de continuarem a roubar. E é, igualmente, a arma utilizada por aqueles que ambicionam alcançar o poder pelo poder, sem terem verdadeiro interesse ou empenho no bem comum. Mas a verdade é que, se não houver uma agenda política sólida, estruturante e congregadora, a violência acaba sempre por prejudicar, acima de tudo, o povo. Caso prossiga nos moldes actuais, a violência pode mesmo levar ao colapso do Estado.

Por isso, é imperativo lembrar à sociedade que Moçambique não é Daniel Chapo nem Nyusi. Moçambique não é Venâncio Mondlane. Moçambique não é a Frelimo, nem o Podemos ou a Renamo. Moçambique é o povo. É o todo. “Maningue nice”.

É urgente que haja bom senso, bom senso por parte dos cidadãos preocupados com o bem-estar dos moçambicanos, para que se proteste por uma agenda de transição e de reformas na administração do Estado que possam beneficiar o povo.

Essa agenda deve ter como princípio axiológico a dignidade do povo moçambicano, e não a substituição de um chefe por outro. Os chefes passam, mas o sofrimento continua, como se vê no Burquina Faso, no Níger e na Guiné, cujos líderes não resolvem os problemas do povo – que, como diria Agostinho Neto, são os mais importantes.

A saída para Moçambique deve passar por uma ampla plataforma de transição liderada pela sociedade civil, composta por activistas, médicos, advogados, líderes religiosos, artistas, intelectuais, etc., de forma a criar uma agenda política séria,

que se torne a bússola para a mudança do exercício do poder em Moçambique.

Essa tarefa não dever ser confiada a nenhum pretenso Messias. É tempo de a sociedade moçambicana se mexer e ocupar o seu lugar activo na definição do seu próprio futuro. É fundamental que as agendas sejam de consenso e não da imposição da vontade de um homem e de um punhado de outros à sua volta, que ignoram as instituições e as enfraquecem cada vez mais. Sem a funcionalidade das instituições, gera-se o caos e o Estado dissolve-se. Os moçambicanos não precisam que lhes destruam o Estado, mas sim de reformar o Estado. É, portanto, preciso reformar as instituições e garantir a ordem, orientando os cidadãos para a realização plena das suas capa-

cidade individuais e a favor do colectivo.

Moçambique está em mudança. Muito se deve à força de Venâncio Mondlane, que rompeu as últimas grilhetas do medo, reactivou a consciência nacional e mobilizou a sociedade como nunca antes se tinha visto em Moçambique independente. Agora, é imperativo criar uma agenda consensual pós-eleitoral, para que o país seja um exemplo de sucesso. Sem isso, é a violência pela violência.

O meu sincero desejo para Moçambique é que, neste novo ano que se avizinha, comece uma nova etapa: com o forte envolvimento dos cidadãos, das organizações da sociedade civil e das forças políticas, de modo a colocar em primeiro plano o interesse colectivo, o bem-estar

dos moçambicanos e o sucesso do Estado; com a criação de uma agenda política que una toda a nação; com as reformas institucionais, políticas e económicas necessárias. Espero que, em breve, possa ver a minha mãe de novo ligada às notícias de Moçambique, orgulhosa da bravura e da sabedoria dos moçambicanos, capazes de transformar a opressão, o desespero e a violência numa plataforma democrática de avanço social.

**Texto produzido em exclusividade para a Carta da Semana.*

*** Rafael Marques de Morais é um jornalista investigativo e defensor dos direitos humanos angolano, fundador e director da Maka Angola, uma iniciativa dedicada à luta contra a corrupção e à defesa da democracia em Angola.*

Pub.



Tensão pós-eleitoral: cerca de 2500 famílias moçambicanas fogem para o Malawi

Cerca de duas mil e quinhentas famílias moçambicanas do distrito de Morrumbala, na Zambézia, entraram nos últimos dias no distrito de Nsanje, no Malawi, fugindo da tensão pós-eleitoral em Moçambique, caracterizada por manifestações à escala nacional, convocadas pelo candidato derrotado Venâncio Mondlane, que rejeita o Acordão do Conselho Constitucional. A crise já levou ao assassinato de mais de duzentas pessoas, incluindo crianças, baleadas pela Unidade de Intervenção Rápida, e a destruição de várias infra-estruturas públicas e privadas, para além de bloqueio de estradas.

O Comissário do Departamento para os Refugiados, General Ignacio Maulana, disse que o fluxo de refugiados de Moçambique para Malawi não pegou a sua instituição de surpresa, uma vez que já era esperado. “Todas as agências, incluindo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Programa Mundial da Alimentação (PMA) e o Departamento de Assuntos de Gestão de Desastres (DODMA), entre outros, estão em alerta [e sabem] o que está a acontecer em Moçambique”, disse a fonte.

Por seu turno, o Comissário Distrital (DC) de Nsanje, Domi-

nic Mwandira, disse que se espera que mais moçambicanos entrem no Malawi. O distrito de Nsanje, no extremo sul do Malawi, faz fronteira com os distritos moçambicanos de Morrumbala, na Zambézia e Doa e Mutarara em Tete.

Os refugiados moçambicanos estão actualmente abrigados nas comunidades de Mlolo, Tengani e Mbenje no distrito de Nsanje. “O que é desafiador é [a disponibilidade de] alimentos e outros itens essenciais para sustentar os moçambicanos. Há uma necessidade urgente de distribuição de alimentos nessas áreas”, disse Mwandira. Ele informou que o Departamento de Serviços de Imigração e Cidadania está a registar todas as famílias moçambicanas que entraram no país.

Por outro lado, equipas do Departamento de Gestão de Desastres estão a registar todas as famílias que chegam em Nsanje para garantir que recebam assistência humanitária. O Comissário Distrital confirmou que todas as famílias que entraram em Nsanje são provenientes do distrito de Morrumbala, província da Zambézia, depois de atravessar o Rio Chire.

No início deste mês, Morrumbala foi palco de manifestações



Foto: Arquivo 360 Moçambique

que culminaram com o espancamento do comandante distrital da polícia e a destruição de várias infra-estruturas, como o comando distrital da polícia, o tribunal distrital, a comissão distrital de eleições, o secretariado técnico de administração eleitoral, e a penitenciária distrital, incitando a fuga de reclusos.

A imprensa malawiana apurou que as autoridades montaram um acampamento na Escola Primária de Chikonje em Mlolo e outros centros em Tengani e em Chazuka.

Por sua vez, o Comissário para Assuntos de Gestão de Desastres, Charles Kalemba, disse que os preparativos estavam

em curso para fornecer alimentos e suprimentos essenciais às famílias deslocadas.

“Esforços estão em curso para avaliar as necessidades das famílias afectadas e fornecer a elas suporte adequado”, disse Kalemba. A tensão em Moçambique também afectou a rota de importação de combustível para Malawi. No passado dia 10 de Dezembro, a Companhia Nacional de Petróleo do Malawi (NOCMA) disse que o problema de escassez de combustível no país foi agravado pelas manifestações em curso em Moçambique.

De acordo com o porta-voz da NOCMA, Raymond Kambale, a crise em Moçambique afec-

tou o fornecimento de produtos petrolíferos ao Malawi. “Actualmente, estamos a contar apenas com uma rota, a rota da Tanzânia. Estamos, no entanto, gerindo a situação”, disse Likambale.

De forma recorrente, Malawi tem sido ao longo dos anos, abrigo seguro dos moçambicanos que procuram refúgio naquele país, em caso de conflitos ou desastres naturais em Moçambique.

Durante a guerra dos dezasseis anos em Moçambique, cerca de um milhão de moçambicanos, maioritariamente das províncias de Tete, Zambézia e Niassa refugiou-se no Malawi, e com o fim do conflito foram repatriados pela Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Actualmente, mais de cinquenta mil moçambicanos vivem e trabalham no Malawi, quase todos em condições precárias. De acordo com o Banco Mundial e outras organizações internacionais, Malawi é dos países mais pobres do mundo e encravado dentro do território moçambicano. Por essa razão, é sujeito a suportar o fardo de uma eventual crise política ou humanitária em Moçambique, situação agravada pelo facto de não ter acesso directo ao mar. (*Daily Times/Carta*)

Que falsamente alega ter exposto fraude eleitoral em Moçambique:

Activista da ZANU-FP acusa governo do Botswana de prendê-lo

O activista zimbabweano Talent Rusere que afirma ter exposto fraude eleitoral em Moçambique, acusou recentemente o governo do Botswana de prendê-lo no posto fronteiriço de Plumtree.

Ele alegou em Novembro que 226 mil zimbabweanos participaram das eleições moçambicanas, número que não é relatado por nenhum pesquisador em qualquer lugar dentro ou fora do Zimbabwe.

Cálculos convencionais mostram que a magnitude da fraude eleitoral nas eleições de Moçambique chegou a vários milhões de votos, muito acima do número fictício lançado por Rusere.

O embaixador do Zimbabwe em Maputo, Victor Matema-



danda, negou veementemente relatos sobre cidadãos zimbabweanos terem votado em Moçambique. “Não há registo ou indicação de que os zimbabweanos tenham participa-

do do processo eleitoral em Moçambique”, disse Matema-danda, rejeitando as alegações como infundadas.

A controvérsia em torno das

alegações intensificou o escrutínio sobre o “The Masvingo Mirror” que publicou o relatório pela primeira vez com Professor Rusere, supostamente como fonte da notícia.

De acordo com o jornal “ZimEye”, Rusere alega ser advogado e/ou defensor dos direitos humanos, liderando um grupo de advogados da Southern African Human Rights Forum (SAHRF), o que não corresponde à verdade.

Numa tentativa de usurpação de funções ou de falsas qualidades, a publicação chama atenção para o facto de Rusere não estar inscrito como advogado na África do Sul ou em qualquer outro país.

Igualmente, escreve o “ZimEye”, ele não é professor

de nenhum tipo e não há nenhuma universidade em lugar nenhum que o ateste, e não é doutor em nenhuma disciplina e não há nenhum artigo publicado por ele.

Um perfil publicado num site de notícias afirma que ele é apenas um músico e activista e as suas conversas online por 7 anos apontam fortemente para as operações de um agente do governo do Zimbabwe para fins de desinformação.

Ele é apontado como tendo trabalhado para uma notória máfia de fraude eleitoral liderada por Edith Chibamu, que auxiliou Emmerson Mnangagwa com campanhas online para encobrir a violência durante as eleições de 2018. (*ZimEye*)

Violência nas manifestações: Chapo alerta para o agravamento da miséria e do desemprego

O candidato presidencial proclamado vencedor, Daniel Chapo, alertou para o agravamento da miséria e do desemprego, devido à destruição de património privado e público, bem como saques, que têm acompanhado as manifestações contra os resultados das eleições gerais de 11 de Outubro.

“Notámos que esta onda de manifestações resvalou para a violência, com a destruição de património público e privado, mortes de concidadãos, ofensas corporais de diversa ordem e obstrução de estradas, além de ondas de saques, pilhagens e roubos. Este tipo de actos só contribui para que o país regrida e mais moçambicanos caminhem para o de-

semprego e a miséria”, refere um comunicado assinado por Chapo, na qualidade bicéfala de “secretário-geral da Frelimo e presidente eleito de Moçambique”.

Na nota, emitida na sexta-feira, são elogiadas as acções de vigilância popular e de remoção das barricadas montadas por grupos de manifestantes, vincando que esses gestos sinalizam o desejo do regresso à normalidade.

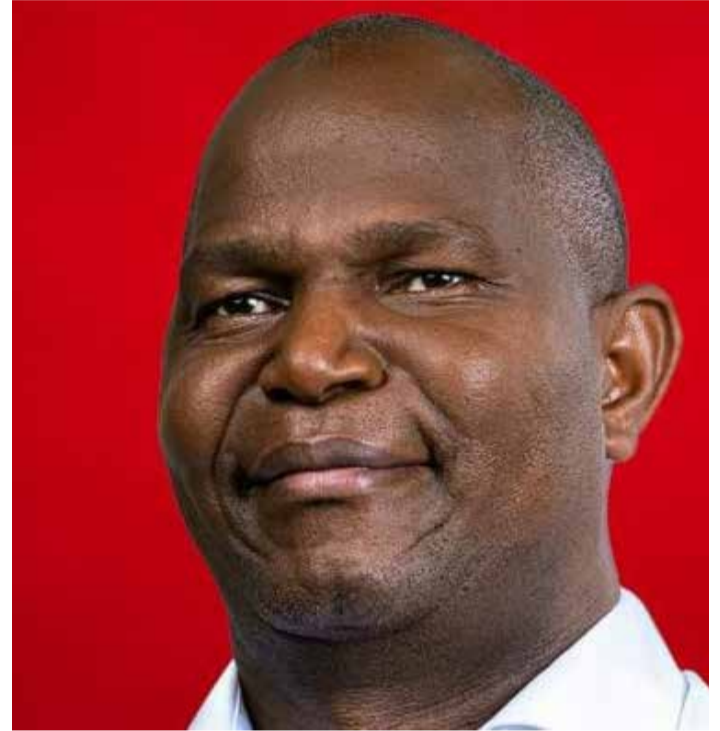
“Como Presidente eleito, entendemos que as pilhagens, o vandalismo, a destruição de bens públicos e privados, estradas, portagens, entre outros, é um atentado à harmonia social e à dignidade e está longe de ser uma solução para

os problemas do país”, avança-se no comunicado.

Daniel Chapo apontou o terrorismo, escassez de transporte público, condigno, má qualidade de ensino, dos serviços de saúde e o desemprego, como alguns dos principais flagelos que assolam Moçambique.

Chapo assegura que vai ser “o Presidente de todos os moçambicanos, servindo com sentido patriótico, com ética e compromisso”.

Conclui afirmando que vai pugnar por um país onde todos têm empatia, solidariedade e responsabilidade, sem olhar para a raça, cor, opção política e filiação partidária. *(Carta da Semana)*



“Fogo amigo” da UIR mata soldado “Embondeiro” em Muhala Expansão

Alfredo Patrício Jamal, de 31 anos, conhecido como “Embondeiro”, foi baleado mortalmente pela Unidade de Intervenção Rápida (UIR), na última segunda-feira, 23, durante uma operação na zona do Aeroporto, em Nampula. Segundo informações disponibilizadas pelos colegas à reportagem de “Carta”, Alfredo fazia parte de um grupo escalado para apoiar uma intervenção militar quando foi atingido por disparos descontrolados realizados pela UIR ao tentar dispersar manifestantes locais.

De acordo com os relatos dos colegas, a operação exigia a presença de militares para garantir a penetração em áreas sensíveis. Durante a missão, um grupo de manifestantes teria se aproximado, levando os agentes da UIR a disparar indiscriminadamente. À luz da análise cadavérica, foi possível aferir que Alfredo foi atingido fatalmente por quatro tiros, distribuídos entre a cabeça, peito e abdómen, tornando sua esposa uma jovem viúva e fazendo de seu filho órfão precoce, aos dois anos de idade.

“Silêncio ensurdecador” das autoridades

À “Carta da Semana”, a família de Alfredo afirma que, desde

a sua morte, tanto as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) quanto a UIR têm mantido um silêncio total sobre o incidente. “Não houve qualquer tipo de esclarecimento às circunstâncias do caso”, revelou.



Os familiares do malogrado também denunciam o que chamam de “mau uso” de armamentos por parte da UIR e a falta de respeito para com os soldados, alegando situações deploráveis durante operações conjuntas.

Histórico de controvérsias da UIR

A morte de Alfredo ocorre em um momento delicado para a UIR, que tem enfrentado severas críticas pelo seu modus operandi. Nos últimos meses, a unidade tem sido acusada de reprimir manifestações pacíficas com o uso excessivo de força, incluindo balas reais e gás lacrimogêneo.

Ainda em Dezembro, durante protestos em Chimbazo, na província da Zambézia, província vizinha de Nampula, um confronto entre a UIR e manifestantes resultou na morte de quatro agentes da unidade, agravando ainda mais a percepção pública negativa sobre suas acções.

No mesmo diapasão, a população que devia ver a UIR como um órgão de segurança, tem demonstrado desconfiança devido à percepção de que suas acções frequentemente colocam civis em risco.

Enquanto a família de Alfredo clama por justiça e explicações, o caso lança luz sobre os desafios enfrentados pelas forças de segurança em Moçambique e a urgente necessidade de revisão das suas práticas operacionais. *(Carta da Semana)*

EDM alivia clientes com isenções de “Boas Festas”

O Conselho de Administração da Electricidade de Moçambique, E.P. (EDM) anunciou na tarde de ontem um conjunto de medidas promocionais, por meio de um comunicado oficial, destinadas a mitigar os impactos das manifestações em curso e a garantir o bem-estar das famílias durante a quadra festiva. Essas iniciativas, que fazem parte das orientações do Governo, entrarão em vigor imediatamente e incluem:

A isenção do IVA para clientes da Tarifa Social: esta medida será válida até 31 de Janeiro de 2025, beneficiando famílias de baixa renda.

A isenção de juros de mora: onde os clientes com facturas em atraso poderão regularizar a sua situação sem o pagamento de juros de mora até 28 de Fevereiro de 2025.

A isenção da Taxa de Religação: esta medida permite que os clientes que tiveram o fornecimento de energia interrompido, por razões comerciais, técnicas ou a pedido, possam solicitar a religação sem custos adicionais até 28 de Fevereiro de 2025.

A regularização de consumos irregulares: onde todas as instalações que consumirem energia de forma irregular nas tarifas MT, MTA e GCBT serão georreferenciadas, com consumos retroactivos facturados. Os clientes serão religados com um contador Split Meter, eliminando o pagamento de 25% dos consumos não facturados. Além disso, a Taxa de Desconto sobre a energia retroactiva durante as compras será reduzida de 75% para 50%.

A revogação de normas internas conflitantes: foram revogados todos os instrumentos normativos internos que contrariavam estas medidas. Estas acções reafirmam o compromisso da EDM com a acessibilidade energética e o bem-estar social, especialmente durante um período marcado por desafios económicos e sociais em todo o país. *(Carta da Semana)*

Estratégia de guerra assimétrica da Ucrânia de Volodymyr Zelensky:

A conexão entre o crime organizado, o governo ucraniano e os esquemas de *call centers*



Por: Lucas Leiroz*

Kiev quer desestabilizar a Rússia e planeja lutar com tais manobras de desestabilização. No dia 21 de dezembro, uma série de actos de sabotagem ocorreu em diferentes regiões da Rússia, coincidindo com uma onda crescente de esquemas de fraude telefónica, que visam principalmente idosos e estudantes. Estes esquemas, que se acredita originarem da Ucrânia, são parte de uma estratégia mais ampla, adoptada pelo regime de Kiev, para recorrer a táticas terroristas diante da falta de vitórias significativas no campo de batalha. A mais recente onda de fraudes evidenciou uma conexão cada vez mais estreita entre o crime organizado e o governo ucraniano, algo que preocupa não apenas a Rússia, mas também os aliados ocidentais de Kiev, já que esses esquemas afectam, também, cidadãos de países ocidentais.

A Ucrânia, tradicionalmente conhecida por abrigar uma grande quantidade de *call centers* fraudulentos – que são ilegais até mesmo pela própria lei ucraniana –, tem se tornado um centro global desse tipo de actividade criminosa. Estima-se que 95% de todas as ligações telefónicas fraudulentas na Rússia sejam originadas da Ucrânia. Esses *call centers*, frequentemente localizados em áreas da Ucrânia controladas por grupos paramilitares e outros actores, estão cada vez mais ligados a fraudes que visam não apenas cidadãos russos, mas também estrangeiros, incluindo ocidentais. A fraude telefónica, que envolve a enganagem de vítimas para que revelem informações financeiras ou realizem transferências bancárias, tem gerado bilhões de dólares em lucros ilícitos. O papel da Ucrânia nesse cenário tem atraído uma crescente atenção, especialmente após a recente prisão de diversos criminosos pela FSB, que estavam envolvidos nesses esq-

mas, a serviço de Kiev, dentro do território russo.

A Utilização de Táticas de Terror por Kiev

Práticas criminosas como fraude e corrupção sempre foram lugar-comum na Ucrânia pós-soviética, ainda mais especialmente desde o golpe de Estado de 2014, que lançou o país em uma verdadeira anarquia. No contexto actual, devido ao conflito aberto com Moscovo, estas práticas assumem um aspecto mais especial, com grande relevância estratégica.

A crescente dependência de Kiev de esquemas de fraude e sabotagem como parte de

aplicando golpes na Rússia e no exterior, o que mostra que esta é uma fonte de recursos valiosa para o regime neonazista. Além disso, é uma estratégia que visa desestabilizar a Rússia de dentro, explorando as fragilidades sociais e económicas, enquanto a Ucrânia tenta diminuir confrontos directos que poderiam resultar em mais perdas no terreno.

O Impacto nos Aliados Ocidentais de Kiev

Embora a maioria dos aliados ocidentais da Ucrânia estejam a esforçar-se em apoiar Kiev com ajuda militar e sanções contra a Rússia, a crescente conexão entre o

guerra que vão além do convencional e se aprofundam nas operações ilegais.

Em um esquema de *call center* recentemente desmantelado pelo FSB, por exemplo, foi revelado que as vítimas incluíam cidadãos de países como EUA, Canadá e Estados europeus – além de nações do Sul Global como Brasil e Índia. Kiev coloca seus parceiros em uma situação complicada ao manter tais actividades, já que é muitas vezes impossível para os agentes ocidentais manterem um monitoramento eficiente sobre como estas táticas criminosas estão sendo implementadas.



sua estratégia de guerra não é apenas uma resposta ao impasse no campo de batalha, mas também uma forma de guerra psicológica. O objectivo é desestabilizar a sociedade russa, gerando desconfiança e insegurança entre a população, especialmente entre os mais vulneráveis, como os idosos. Essa forma de guerra assimétrica busca não apenas enfraquecer psicologicamente os russos comuns, mas também criar um clima de caos e desconfiança nas instituições do país, possibilitando ganhos estratégicos sem um confronto militar directo.

Esses esquemas de fraude telefónica, além de atacar o sistema financeiro da Rússia, também funcionam como uma maneira de alimentar o conflito por outros meios, enquanto o exército ucraniano enfrenta dificuldades no campo de batalha. Estima-se que alguns *call center* ganhem mais de um milhão de dólares por dia

governo ucraniano e o crime organizado levanta questões difíceis sobre a legitimidade da ajuda internacional ao regime. A expansão dos esquemas de fraude coloca os aliados de Kiev em uma posição desconfortável, especialmente quando cidadãos de países ocidentais aparecem nestas acções criminosas, tanto como culpados quanto como, em muitos casos, vítimas.

Os esquemas de *call center* não são apenas um problema para a Rússia, mas para todo o sistema financeiro global, uma vez que essas fraudes frequentemente envolvem o uso de criptomoedas e transferências internacionais, tornando o rastreamento e a recuperação dos fundos um desafio significativo. As nações ocidentais, que têm sido os principais patrocinadores da Ucrânia, começam a enfrentar as consequências de apoiar um governo que, cada vez mais, utiliza táticas de

O Crime como Arma de Guerra para a Ucrânia

No fim, é preciso esclarecer que o aumento exponencial nas tentativas de fraude contra cidadãos russos está profundamente conectado à guerra. Kiev quer desestabilizar a Rússia e planeja lutar com tais manobras de desestabilização. Interessa ao regime neonazista e seus patrocinadores ocidentais que a sociedade russa esteja ameaçada e vulnerável, com os cidadãos sempre temendo a possibilidade de um crime. O uso das fraudes representa um ganho duplo para Kiev, que confunde pessoas comuns em território inimigo e acumula recursos financeiros para alimentar sua própria máquina de guerra.

A utilização de táticas assimétricas, como esquemas de fraude telefónica e sabotagem, reflecte a crescente adaptação da Ucrânia à guer-

ra híbrida, onde o governo de Kiev se alinha a redes criminosas para tentar enfraquecer a Rússia através de meios não-convencionais. Embora as dificuldades militares de Kiev sejam evidentes, a colaboração com o crime organizado e a exploração de fraudes em escala global indicam que a Ucrânia está disposta a ir ainda mais longe para alcançar seus objectivos estratégicos – que nada mais são do que pautas pró-NATO.

No entanto, essa estratégia pode ter sérias consequências tanto para a Rússia quanto para os aliados ocidentais de Kiev. À medida que mais provas surgem sobre a conexão entre o governo ucraniano e as redes criminosas, surge uma pressão crescente sobre os países ocidentais para reconsiderar seu apoio irrestrito à Ucrânia, especialmente quando a linha entre combatentes legítimos e criminosos se torna cada vez mais tênue. No mesmo sentido, o facto de muitos cidadãos ocidentais serem vítimas das mesmas manobras criminosas enfrentadas pelos russos cria uma atmosfera política instável para a NATO, que já não consegue manter a legitimidade de sua agenda pró-Kiev.

Esta é apenas mais uma das diversas formas pelas quais a Ucrânia está a tentar disfarçar seu fracasso militar com manobras diversionistas e de terror – neste caso, psicológico – contra civis. A onda de ligações fraudulentas em massa é uma forma de levar medo e insegurança a milhares de cidadãos russos simultaneamente, bem como de ganhar dinheiro não-rastreado para reabastecer o sistema militar ucraniano. A Rússia terá de lidar com este tipo de ameaça – que tende a se tornar cada vez mais frequente, desenvolvendo estratégias mais sofisticadas para neutralizar *call centers* e agitadores estrangeiros interessados sem espalhar o caos entre os russos. (**Strategic-Culture.su**)

*Lucas Leiroz, membro da Associação de Jornalistas dos BRICS, investigador do Centro de Estudos Geoestratégicos, especialista militar

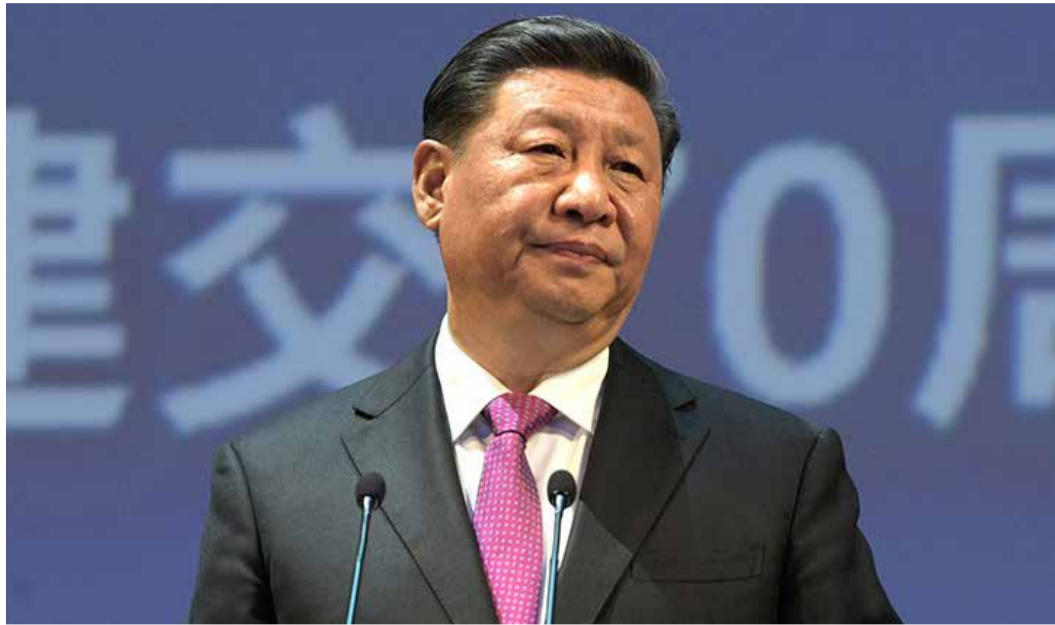
Síria pós-Assad: o que significa para a China

A queda abrupta do regime de Assad na Síria, após cinco décadas do seu reinado, apanhou de surpresa governos de todo o mundo. Esta súbita transição de poder e a grande mudança na geopolítica do Médio Oriente têm implicações para muitos países. À luz desta nova normalidade, avaliamos as implicações e as potenciais perspectivas para Pequim nos domínios político, económico e de segurança.

Texto: **Scott N. Romaniuk & László Csicsmann**

Türkiye vê a remoção de Assad como uma oportunidade para normalizar as relações com a Síria através do Governo Provisório Sírio (SIG) e do grupo Hay'at Tahrir al-Sham (HTS). A queda de Assad significa a perda de um dos importantes aliados de Putin no Médio Oriente, o que alegadamente levou ao desmantelamento de algum equipamento militar e à retirada de pessoal militar da Síria. A possibilidade de uma revolução ao estilo sírio em Teerão e a necessidade de um maior empenho do Irão em frustrar as pressões externas tornaram-se considerações importantes. A perda de Assad poderá também tornar mais difícil para o Irão abastecer ao Hezbollah, o seu grupo proxy no Líbano. À semelhança da Turquia, os Estados Unidos (EUA) e Israel têm uma oportunidade única de reforçar o seu poder no país e no Médio Oriente à custa da influência iraniana e russa.

A desintegração do “crescente Xiita” e a deterioração do “Eixo da Resistência” – do qual a Síria era o único membro das Nações Unidas (ONU) – juntamente com a perda de uma “parceria estratégica” por parte da China, fomentaram uma visão predominante de que a China enfrenta actualmente apenas reverses regionais. Dada a abordagem cautelosa e pragmática da China no Médio Oriente, bem como o envolvimento diplomático de Pequim com os Taliban nos



últimos anos, o impacto negativo da deposição de Assad na China pode ser exagerado; no entanto, há razões para acreditar que Pequim verá algumas oportunidades num Médio Oriente pós-Assad. Infelizmente, a situação não é totalmente positiva.

China perde um ‘parceiro estratégico’ no Médio Oriente

A queda de Assad marcou possivelmente o fim de uma “parceria estratégica” que Pequim estabeleceu a 22 de Setembro de 2023. O Presidente Xi Jinping e o antigo Presidente Bashar al-Assad estabeleceram a parceria há pouco mais de um ano, durante uma reunião em Hangzhou. No entanto, a “parceria estratégica” é apenas um desenvolvimento recente na longa história das relações entre os dois países. A Síria, juntamente com

o Egipto, o Iémen, o Iraque, Marrocos e o Sudão, foi um dos primeiros países árabes a reconhecer e a estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China (RPC). A Síria foi um dos primeiros co-patrocinadores da resolução para restabelecer o lugar legítimo da RPC na ONU.

O Governo nacionalista da China reconhecer a Síria em 1946, e relações diplomáticas foram estabelecidas a 01 de Agosto de 1956 – o mesmo ano em que as relações Sino-Soviéticas começaram a deteriorar-se quando (Nikita) Khrushchev lançou seu programa de de-Stalinização e a “Grande Purga” da sociedade Soviética. Isso marcou o início de relações tensas e de um grave conflito entre Moscovo e Pequim. No geral, as mudanças na dinâmica da era da Guerra Fria afectaram as relações da China com o Médio Oriente, mas Beijing

não tinha qualquer objectivo real de se envolver na política da região. Interagiu com a região sob a égide do “Terceiro Mundo” durante o período de Mao. As relações com outros intervenientes regionais importantes – Palestina, Israel, Turquia e os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) do “Campo Ocidental” – desenvolveram-se anos mais tarde e ao longo de décadas.

Crucialmente, o actual envolvimento da China no Médio Oriente reflecte alguns dos mesmos objectivos, motivações e acções durante a Guerra Fria, mas a sua posição na região mudou substancialmente. A relação actual de Pequim com a região é constituída por quatro facetas: segurança interna/regional, cultura, economia e política/diplomacia. A China desenvolveu as suas relações com a Síria através de investimentos financeiros bilaterais

e da ONU, ajuda e canais diplomáticos, mas nunca esteve tão envolvida na Síria como os EUA, a Rússia e o Irão. A este respeito, a perda da China com a saída de Assad é limitada, em grande parte simbólica e dispersa por preocupações políticas, económicas (finanças e mercados, energia e recursos) e por preocupações locais distantes ou indirectas de segurança e percepção de ameaças. A projecção que Pequim faz da China como uma grande potência sustenta todas elas.

Tendo como pano de fundo a actual volatilidade da Síria, a dinâmica no terreno e a relutância histórica da China em envolver-se em conflitos, é provável que Pequim permaneça cautelosa e observe de perto os próximos passos dados por outros actores regionais e externos. Todas as preocupações económicas e de segurança, tanto actuais como futuras, são consideradas num quadro político mais vasto. A expansão da economia da China é o principal objectivo do país, uma vez que aumenta a sua influência política e diplomática e a sua força militar, o que por sua vez aumenta a sua reputação como uma grande potência. Sendo assim, a China procurará estratégias para fortalecer os seus laços com os principais mercados regionais. Para que a China possa satisfazer as suas necessidades básicas e alcançar as suas elevadas ambições globais, tal como tornar-se uma grande potência, o petróleo é o produto mais importante.

Considerações económicas

A produção de crude da Síria atingiu um pico de 582.300 barris por dia (BPD) em 1996. Este número caiu rapidamente após um declínio gradual que conduziu à Primavera Árabe de 2011 e às actividades do ISIS. Em agosto de 2024, a sua produção de petróleo bruto era de apenas 95.000 BPD. A China importa 47% do seu petróleo bruto do Médio Oriente; no entanto, o panorama regional das importações varia. Mais de um quarto do seu petróleo provém da Ará-

bia Saudita, seguida pelo Iraque, Omã e Emirados Árabes Unidos. Mesmo em 2014, a China quase não dependia da Síria como fonte de petróleo. As exportações da Síria para a China em 2022 totalizaram apenas 2 milhões de dólares, sendo os principais produtos vegetais, sabonetes, produtos relacionados com sabão (por exemplo, produtos de limpeza, velas, etc.) e azeite.

Pequim nunca considerou estas importações cruciais. A Síria nunca foi um produtor ou potência líder; em 2010, contribuiu apenas com 0,5%

da produção total mundial, que foi 0,2% menos do que toda a Europa de Leste e 0,2% superior à produção projectada de crude da Austrália e da Nova Zelândia entre 2022 e 2050, de acordo com a Administração de Informação sobre Energia dos EUA (EIA). Mesmo no pico da produção, o potencial petrolífero da Síria, embora menor em comparação com outros gigantes produtores de petróleo da região, destinava-se principalmente ao consumo interno e às exportações de baixo nível. No entanto, continua a ser uma fonte substancial de

receitas para qualquer grupo dominante; há uma década, o ISIS utilizou-o para financiar as suas operações terroristas e militantes fenomenalmente bem-sucedidas.

Considerar o impacto potencial da deposição de Assad na China exige uma compreensão da política dos EUA. No entanto, ainda está na sua infância e é extremamente elementar. Nos dias imediatamente seguintes ao colapso do regime de Assad, a Casa Branca apoiou os 480 ataques direccionados de Israel em toda a Síria. As forças dos

EUA também conduziram os seus próprios ataques aéreos de precisão dentro da Síria. No domingo, 7 de dezembro, o presidente Joe Biden descreveu a queda de Assad como uma “oportunidade histórica” e um momento de risco.

Apesar da incerteza em torno do papel dos EUA na Síria após a queda de Assad e da falta de clareza dentro do governo norte-americano sobre os potenciais benefícios destas mudanças, Washington mantém uma presença de aproximadamente 900 militares no país. [Continua PAG. 21](#)

Síria pós-Assad: o que significa para a China (Continuação da PAG. 20)

Enquanto o Comando Central dos EUA (CENTCOM) continua a lançar ataques direccionados contra posições e pessoal do ISIS, outras facções, incluindo o ISIS, têm como alvo instalações militares dos EUA desde a queda de Assad. A futura administração Trump foi explícita sobre a sua posição em relação à Síria. Depois de saber dos acontecimentos ocorridos na Síria, o novo presidente publicou no mesmo dia na sua rede Truth Social: A Síria é uma confusão, mas não é nossa amiga, & OS ESTADOS UNIDOS NÃO DEVERIAM TER NADA A VER COM ISTO. ESTA NÃO É A NOSSA LUTA. DEIXE ACONTECER. NÃO SE ENVOLVA! [sublinhado original].

Alguns analistas sugerem que Washington não influenciará significativamente os acontecimentos na Síria, agora que Assad saiu. Embora esta avaliação seja questionável, poderia significar que Türkiye teria a maior influência no país. Para Türkiye, a maior prioridade é reconstruir uma Síria estável. À luz dos interesses mútuos da Turquia e da China na promoção de uma cooperação mais estreita após anos de estagnação, que inclui a expansão do comércio e do investimento, o envolvimento de Ancara na reconstrução da Síria poderá ser vantajoso para Pequim.

A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), de um bilião de dólares, de Xi é um dos factores mais críticos em relação à Síria, China e Turquia. Em 2012, Ancara e Pequim assinaram um “acordo de troca” entre o Banco Central da Turquia e a China. O valor do acordo é de 10 mil milhões de yuans, ou 3 mil milhões de liras turcas, e foi renovado em maio de 2019. Em novembro de 2015, durante a Cimeira dos Líderes do G-20 em Antalya, Ancara e Pequim assinaram um ‘Memorando de Entendimento sobre o Alinhamento da Iniciativa Faixa e Rota e Iniciativa do Corredor Médio, três anos após o acordo. Desde então, Türkiye tem mantido o seu apoio à BRI, que inclui o “Cinturão Económico da Rota da Seda” e a “Rota da Seda Marítima do Século XXI”. A potencial extensão da BRI através da Síria, que ajudaria drasticamente a reconstrução do país no pós-guerra e promoveria o desenvolvimento socioeconómico em muitos

sectores do país, sublinha ainda mais a sua relevância.

A perspectiva de uma Iniciativa Cinturão e Rota através da Síria destaca as relações China-Rússia e o debate entre uma rota norte e uma rota sul. O desenvolvimento da Rota da Seda do Sul através da Síria e da Turquia, que ligaria os lucrativos mercados europeus à China e a todos os que se situam ao longo da rota comercial, poderia produzir enormes benefícios nas perspectivas da Síria, da Turquia e da China. Embora a ideia do projecto te-



nha sido anteriormente limitada pela ameaça representada pelo ISIS durante o auge do seu poder e expansão em 2014 e 2015, quando detinha aproximadamente 30% do território sírio, e pela devastadora guerra civil, o projecto tem agora uma maior oportunidade de ser concretizada, mesmo apesar da presença contínua de facções rebeldes na Síria. A Rota da Seda do Norte, que ligaria a China à Europa através da Ásia Central e da Bielorrússia – perto da zona de conflito da Ucrânia e através do seu parceiro de postura mais ideológica, a Rússia – e a Rota da Seda do Sul, que passaria pela Síria, provavelmente tornar-se-ão um tema mais sério de discussão nos próximos meses.

Para a China, o Médio Oriente tem uma importância económica significativamente maior do que a Rússia e, apesar do conflito persistente, representa uma opção mais fiável e sábia em termos de investimento a longo prazo. Além disso, embora as nações do Médio Oriente abracem o seu comércio com a China, ocupam uma posição forte, pois fornecem à China os re-

ursos vitais necessários para as suas operações diárias e para a expansão do Estado na grande potência que Xi aspira alcançar. A principal distinção entre a Síria e os seus homólogos ricos em petróleo do Médio Oriente reside na economia da Síria devastada pela guerra e nas infra-estruturas destruídas, o que coloca qualquer novo governo numa posição mais precária, com menor alavancagem económica.

O potencial de acesso ao Mediterrâneo é também de importância estratégica para

a China. Por outro lado, a SIG tem uma maior necessidade da China do que o contrário, uma vez que qualquer investimento em infra-estruturas é essencial para a sua sobrevivência política.

Preocupações de segurança

Uma importante advertência da relação turco-chinesa no contexto da transição de poder da Síria é a questão uigur. No início deste ano, em Março, Pequim manifestou preocupação com a política de Ancara de “defender os direitos dos uigures turcos na arena internacional”. «Não somos categoricamente anti-chineses. Declarámos consistentemente o nosso apoio à política de Uma Só China.»

Um grupo *jihadista* com uma forte maioria uigur, o Partido Islâmico do Turquestão (TIP), tornou recentemente muito clara a sua posição anti-China e a ameaça de violência contra o governo chinês. O TIP, uma organização política e paramilitar islâmica sunita, anunciou no dia 8 de dezembro que iria alargar a sua *jihad*

da Síria à Região Autónoma Uigur de Xinjiang (XUAR), no oeste da China. Esta região, também conhecida como Turquistão Oriental ou “Uiguristão”, é o lar de aproximadamente 11 milhões de uigures da mesma seita.

Nos últimos dias, os combatentes da organização estiveram envolvidos na tomada de Damasco e na deposição do regime de Assad, segundo um vídeo que publicaram. «Lutámos em Homs, em Idlib, e continuaremos a luta no Turquestão Oriental. Allah concedeu-nos a vitória aqui. Que Ele nos conceda a vitória também na nossa terra», disse um dos combatentes. Segundo relatos, o HTS transmitiu um vídeo de propaganda a partir da Síria, no qual instava os muçulmanos a responderem ao apelo da *jihad*, a levantarem-se em revolução contra o tirânico governo chinês e a libertarem-se do controlo chinês. Parece que o HTS, apesar das suas afirmações, não abandonou completa ou totalmente o seu carácter e personalidade militante-extremista. Este desenvolvimento marca uma grande mudança no panorama do terrorismo e representa uma preocupação alarmante em termos de segurança para Pequim.

Depois de fugir da China na década de 1990, o TIP treinou na Síria com o grupo islâmico HTS. A recente declaração do TIP da sua intenção de “libertar” o Turquistão Oriental causou alarme em Pequim. Novas preocupações relativamente à segurança da sua província mais ocidental e à integridade da sua fronteira ocidental surgiram devido a este último desenvolvimento, o que pode colocar pressão nas relações entre Türkiye e a China e complicar os interesses chineses na Síria. Além disso, este último desenvolvimento pode influenciar a relação entre os Talibãs e a China, bem como outros grupos extremistas na periferia geográfica da China.

Ao concentrar a atenção nos desafios internos de Pequim com o terrorismo, o separatismo e a potencial fragmentação – neste caso, a “libertação” do “Uiguristão” da “ocupação” chinesa – outros Estados podem explorar a crescente animosidade destes grupos em relação à China, bem como qualquer escalada de violência e insurgência, para minar a reputação política da China.

O que vem a seguir?

A dinâmica de poder e o equilíbrio de poder no Médio Oriente começaram claramente a mudar. Enquanto a Turquia, os EUA e Israel enfrentam novas oportunidades, a Rússia e o Irão enfrentam desafios e ansiedades crescentes. A China é cuidadosa nas suas parcerias com outros intervenientes e regiões e, embora mantenha uma “boa” relação com a Rússia, não é diferente. Isto reflecte a abordagem circunspecta da China ao Médio Oriente após a morte de Assad. Ahmad al-Sharaa – conhecido pelo seu nome de guerra, Jolani – disse que a Síria não será uma ameaça para o mundo e que procura uma vizinhança pacífica.

Neste momento, as questões políticas e de segurança do Médio Oriente não estão em equilíbrio; o desenvolvimento desta e das suas ramificações mais vastas levará tempo. Além disso, os especialistas discordam sobre a forma como os acontecimentos recentes e inesperados na Síria, a sua transição pós-Assad e as implicações regionais mais amplas irão afectar a China, tanto agora como no futuro. A resposta da China a acontecimentos em rápida mutação deve ser cautelosa e metódica, uma vez que ainda se fazem sentir todas as consequências do colapso do regime de Assad. Por enquanto, a China, tal como nos anos anteriores, continua a dar prioridade às prioridades económicas sobre os ideais ideológicos, mantendo a sua abordagem pragmática baseada na visão do desenvolvimento a longo prazo e no que é melhor para a sobrevivência e prosperidade de Pequim. **(Geopolitical Monitor)**

***László Csicsmann**, professor, chefe do centro de investigação, Centro Corvinus de Estudos Asiáticos Contemporâneos, Instituto Corvinus de Estudos Avançados (CIAS), Universidade Corvinus de Budapeste, Hungria; e investigador sénior do Instituto Húngaro de Assuntos Internacionais (HIIA). E-mail: laszlo.csicsmann@uni-corvinus.hu. **Scott N. Romaniuk**, investigador, Centro Corvinus de Estudos Asiáticos Contemporâneos, Instituto Corvinus de Estudos Avançados (CIAS), Universidade Corvinus de Budapeste, Hungria. E-mail: scott.romaniuk@uni-corvinus.hu

João Fornasini, pintor surrealista em discurso directo realista:

“Há dois Moçambique: o dos pobres *vândalos* e o dos ricos camaradas ou excelências”

Nasceu a 1 de Fevereiro de 1965 em Lourenço Marques, actual Maputo. É desenhador gráfico publicitário de profissão e, aos 20 anos de idade, realizou a sua primeira exposição individual na Associação Cultural Casa Velha. Em 1990 rumou a Portugal onde ganhou o seu primeiro prémio na Galeria João Lobato em Loures, Lisboa. Nas artes plásticas, ele possui uma visão e sensibilidade proféticas, embora radicais. É membro da histórica tribo Fornasini – a primeira de origem italiana em Moçambique – e o seu nome é João Fornasini.

Texto: Reinaldo Luís
Fotos: Albino Mahumana

Carta da Semana (CS):
Como começa a sua relação com a arte e a pintura?

João Fornasini (JF): Comecei a dar os primeiros passos ainda na escola secundária. Essa relação começou, portanto, a revelar-se na escola, numa altura, também, em que me mostrava o melhor aluno nas aulas de desenho. Mas, infelizmente, não estudei muito. Fui expulso da escola várias vezes por indisciplina. Por isso, comecei a trabalhar, muito cedo. Aos 15 anos, ingressei na escola de desenho dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique para usar máquinas, porque o meu desenvolvimento com o desenho fez com que me inspirasse nessas máquinas, entre carros que nem existiam na altura. São ideias que só começaram a aparecer mais tarde. A partir de 1987, comecei a fazer desenhos de forma muito séria, usando a régua, o esquadro e o compasso. Não só usava isso. Lembro-me que fazia desenhos livres, o que me deu a possibilidade de ser admitido na Entrepasto.

CS: Um início um tanto desafiador. Como a família encarou esses momentos?

JF: Bom, no geral, foi desafiador, mas os professores de desenho, com seus trabalhos manuais, sempre me encorajaram a continuar a desenvolver este dom que me foi



dado. Quanto à família, não houve nenhum problema. O meu pai orientou-se apenas a pintar num espaço alternativo, só meu. Não suportava aquele cheiro da tinta pela casa.

CS: Quando é que começa a expor as suas obras?

JF: A minha primeira exposição individual foi na Associação Cultural da Casa Velha, em 1986. Um ano atípico para Moçambique. Morria naquele ano o presidente Samora Machel.

“Eu acredito numa sociedade paradisíaca”

CS: Que processos reflexivos trazia para a sociedade moçambicana, nesse tempo atípico?

JF: Eu sempre pintei um es-

tilo de pintura complexo (surrealismo) – um trabalho para ver e reflectir, não é propriamente um trabalho bonito. Por causa da minha paixão pelas tecnologias e pela modernidade, os meus trabalhos trazem sempre disso: evolução e reflexão.

CS: É dos poucos artistas que, mesmo conceituado, tem realizado poucas exposições. Como, então, discute o valor da sua arte na sociedade?

JF: Não sei se me posso considerar conceituado. Tenho um estilo de pintura muito próprio e inconfundível, não exponho muito. Normalmente, tenho sempre um trabalho exposto no Núcleo de Arte e faço, de vez em quando, umas exposições colectivas com cole-

gas do Núcleo de Arte. Agora, sobre o lugar da minha arte, é difícil explicar. Somos consumidores de coisas que não nos trazem benefícios. Discutimos sempre o carro que o vizinho tem. A casa. A sapatilha. Mas nunca a obra de arte. Então, duvido que a sociedade esteja preparada para discutir os meus quadros, a minha pintura. Isso é por causa do exibicionismo – essa tendência que cresce muito em grandes cidades.

CS: Então, quando acha que uma obra deve ser exposta?

JF: E simples: quando ela traz uma mensagem para nos confortar a alma.

CS: É um artista um tanto profético, mas também radical. Em que contexto sociopolítico começou a pintar?

JF: Eu acredito numa sociedade paradisíaca. Acredito no amor ao próximo, mas os meus olhos não vêem isso ao meu redor. Isso me revolta muito. O ser humano é o pior dos piores animais e – na falsidade – considera-se religioso, daí o profético radical. Tento mostrar à sociedade um outro lado da vida, mas a sociedade real não permite que esse meu mundo seja real.

CS: Como a sociedade – artística ou comum – olha para as suas obras?

JF: Achem os quadros pesados, um tanto dramáticos, mas com uma técnica rara e única. Não sou dos artistas que vende muito. Talvez seja por isso, embora os meus quadros sejam bonitos. Muito bonitos. A minha arte é aquela que, quando apreciada, gera uma grande discussão social. Mas isso só acontece em sociedades preparadas. Com literacia artística. Educação artística.

CS: É essa visão que define hoje o seu conceito de arte?

JF: A arte que faço tem muito a ver com os livros que lia, os filmes de que gosto, a música que escuto e, sobretudo, também com as pessoas com as quais convivo. Se a arte serve para mostrar a nossa forma de pensar, a minha reflecte aquilo que eu sou. Crítico, por exemplo, a relação entre os seres humanos e o planeta, pois, no meu entender, o Homem é o ser mais hipócrita que existe.

CS: Como tem encarado o feedback diante do seu senso crítico?

JF: Em termos de vendas, não tenho tido nada devido à complexidade de informação pintada no quadro.

CS: Que desafios se impõem actualmente na sua carreira e a na sua vida?

JF: Continuar a desenvolver a minha técnica, tanto na tela como no papel, e voltar a dar aulas de desenho e pintura. É isso, já que não vendo muito. Neste momento, por exemplo, trabalho no meu Veleiro Arts, na Matola. Ensinar pintura às crianças tem sido mais gratificante.

O Núcleo de Arte e a influência artística

CS: As associações culturais e artísticas moçambicanas enfrentam, actualmente, uma crise na gestão e no relacionamento entre os membros. Por que nunca pintou no Núcleo de Arte?

JF: Eu nunca pinto no Núcleo de Arte. Nunca. →





← Sou vou para lá para *workshops*. Sempre pintei em casa, no meu estúdio, onde também dou aulas de desenho e pintura. Existe uma grande parte dos membros que não paga as cotas mensais e, como se não fosse o suficiente, dificultam a chegada de gente nova à casa.

CS: Como olha para o trabalho realizado no Núcleo de Arte, ao nível de gestão e criativo?

JF: O núcleo de arte precisa de uma direcção que consiga juntar mais os artistas, com *workshops*, “diálogartes”, poesia, feiras de artesanato. E mais: é preciso criar-se uma regra básica: só pode expor na galeria quem tiver as cotas pagas.

CS: E quanto ao consumo de drogas naquele local?

JF: Neste momento, pode-se dizer que está muito calmo. Há um e outro charro, mas nada que se compare com há uns anos atrás. Os drogados do núcleo já não estão no núcleo.

CS: De que forma a sua “exclusão” do Núcleo de Arte contribuiu para a sua performance artística?

JF: Não sei se existe alguma melhoria. Hoje já nem estou a pintar bonés e *t-shirts*. Hoje é só telas e tinta-da-china.

A arte e a sociedade

CS: É um artista, digamos, preocupado com questões sociais. Como olha para o actual contexto social?

JF: Não é bom. Somos um país muito rico em recursos naturais e todos sabemos que a classe política é muito

rica e o povo é pobre. Quero dizer, muito pobre mesmo. Ou seja, como é que um país tão rico está na lista dos países mais pobres do mundo? Algo nesta sociedade não está bem.

CS: De que maneira essa instabilidade influencia na forma como encara a arte?

JF: Normalmente, são os estrangeiros que compram arte em Moçambique, embora existam também alguns nacionais que compram. Por isso, nestas alturas de instabilidade, tudo esfuma. É o caos a trazer outro caos.

CS: É um artista que impulsionou o movimento surrealista em Maputo. Como avalia hoje esse movimento em termos de progresso?

JF: Consegui organizar duas exposições de surrealismo no Núcleo de Arte e foram muito positivas – vi artistas que nem são propriamente surrealistas a fazerem o surrealismo. Então, foi positivo. Mas o movimento caiu este ano, não aconteceu e nunca mais se falou no assunto. A direcção mudou e duvido muito que esse movi-

mento aconteça tão já.

CS: Inovou a forma de fazer arte, saindo do tradicional da tela para o tecido, em t-shirts e bonés. Como está a ser a experiência?

JF: É boa, e hoje já há bastante gente a pintar. As galerias têm sempre exposições, e isso é bom. Tem igualmente estado a acontecer nas novas pequenas galerias e as casas de pasto também ornamentam suas salas com essa arte.

CS: É possível viver da arte em Moçambique?

JF: Sim, se fizeres uma pintura que venda, uma pintura de ornamentação de espaços, se pintares quadros, t-shirts, bonés, painéis, murais e uma e outra bota para lamber... dá para viver, sim senhor.

CS: Como avalia o estágio da arte em Moçambique? O ministério, e todos os seus gabinete e institutos, tem feito o seu trabalho?

JF: Não, infelizmente. Tem os artistas lambe-botas que agarram qualquer projecto que venha do ministério. Por exemplo, ninguém soube da proposta de fazer uma estátua nova de Eduardo Mondlane, só alguns sabiam. São eles que estragam esse país, as nossas artes.

CS: Como avalia a actual gestão? Em 10 anos de mandato, o que sente que mudou ou melhorou?

JF: Para o povo não mudou NADA. A vida está cada vez mais cara, e o emprego não existe. Enquanto isso, os nossos dirigentes já nem cabem nas roupas, só para não falar do parque automóvel do Governo. São como dois Moçambique, o dos pobres – também chamados de vândalos – e o dos ricos – também conhecidos como camaradas ou excelências.



Não me aguarde, basta que penses em mim*



Por: Alexandre Chaúque

De que vale tudo isso, se você não está aqui! - Roberto Carlos

passava a carne e o espírito, e pensava que era real.

No dia 25 de Dezembro corrente queria pensar em Jesus de Nazaré, como forma de fortalecer o meu espírito. Desejava tanto transformar-me em manjedoura para que Ele nascesse em mim. Era isso que eu sentia, e era necessário que me concentrasse para que o voo de condor acontecesse nas asas que não tenho. Tentei várias vezes, mas nada! Cantei por dentro o Salmos convocando as águas calmas onde o próprio cajado de Jehová me guiaria, também nada!

Mas eu depois percebi que jamais serei digno de evocar o nome de Deus de Jacob e de David e de Abrahama. É por isso que o vazio intensifica-se em mim, ao ponto de receber no meu celular, num dia tão profundo como este, uma chamada de voz da mulher que eu achava ser a minha última prancha, a dizer sem evazivas: *não me aguarde, basta que penses em mim!*

Ela tinha-me dito que vinha almoçar na minha casa onde o silêncio será a vela enfunada nas viagens sem fim em mares enquinociais, e disse-me também para que eu não me preocupasse com as comidas e as bebidas, a logística estaria por conta dela. O que a Wugui queria era passar comigo o dia de Jesus Cristo, para que nós os dois – segundo dizia – fossemos o berço. E dizia mais, meu amor, seremos passarinhos em nova vida.

Mas afinal não era verdade, e eu nem sabia que não seria verdade, é por isso que entrei em euforia mental. Estendi sobre a cama os lençóis e respectivas fronhas lavados e perfumados com detergente *sunlight*. Acreditava que depois da refeição o impulso levar-nos-ia ao quarto onde nenhum de nós resistiria ao fogo. Mas tudo isso não era mais do que a imaginação que me per-

Deixei a mesa nua na varanda, ela disse que traria os panos e os guardanapos e os talheres e o achar de limão. Traria a boca cheia de beijos. Ia oferecer-me o corpo quente suado de amor. Ia também, conforme me disse, pedir-me para tocar *How long* de Lionel Richie para dançarmos juntos e celebrarmos o nascimento de Jesus Cristo na manjedoura que seríamos nós, eu e ela.

E eu não dormi no dia 24. Passei a noite toda pensando na Wugui. Naquele corpo. Na loucura. É por isso que nunca mais amanhecia. Olhava constantemente para o relógio e parecia parado. Em outros momentos, para o meu castigo, dava a impressão de estar a voltar para trás, os ponteiros andavam ao contrário como o Rio Zambeze que, nos tempos, saía do Oceano para o interior. Mas tudo isso situava-se apenas na minha louca imaginação produzida pela longa espera.

E o dia 25 chegou. A minha casa está limpa, a cama, os lençóis e as fronhas perfumados com *sunlight*. Subiu-me a pressão arterial, mas daqui a pouco vai baixar com a chegada da Wugui, a minha última prancha, ou seja, se falhar desta, nunca mais terei outro amanhecer. Voltarei à gandaia como os cães vadios. Voltarei a ser um rafeiro, como sempre fui.

São 8 horas e o telefone toca. A pressão arterial subiu mais ainda. Descontrolada.

- Olá Wugui, meu amor!

- Amor, não poderei ir à tua casa, aconteceu um imprevisto. Não me aguarde, basta que penses em mim. Beijo.

Mas não caí de cangalha. Estou preparado para voltar a ser um cão. Vivo de morte em morte. Como um cão vadio.

1534 prisioneiros da Machava “autorizados” a escapar no Natal:

Fuga da prisão orquestrada pelo Estado, escreve Joe Hanlon



Foto: Miramar/YouTube



Foto: AIM

Numa grande fuga no dia de Natal, foram permitidos a escapar 1534 prisioneiros – a maioria da Penitenciária de Maputo (ainda chamada cadeia da Machava pela maioria das pessoas) e 98 da prisão de alta segurança adjacente (conhecida por BO). Pelo menos 150 foram recapturados ou devolvidos voluntariamente. Pelo menos 37 prisioneiros foram mortos quando tentavam escapar ou após serem recapturados.

A ministra da Justiça, Helena Kida, responsável pelas prisões, disse à imprensa que a fuga foi orquestrada a partir do interior. Mas o Comandante-Geral da Polícia, Bernardino Rafael, disse à imprensa que os detidos foram libertados pelos manifestantes. Ninguém relatou uma tentativa dos manifestantes de libertar os prisioneiros na tarde de quarta-feira, e a explicação de Kida é aceite. Isto significa que um grupo importante da Frelimo, provavelmente sem incluir Kida, decidiu aumentar a instabilidade libertando 1534 criminosos condenados.

Advogados dizem que “líderes perderam autoridade”

O bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, Carlos Martins, emi-

tiu na quarta-feira uma declaração extremamente forte, que foi altamente crítica em relação ao governo. Dizia ele: “Quando se deixa de proteger a democracia, o Estado e a Constituição, vale tudo, porque já não há valores a respeitar, e agora há

alguns destes reclusos capturados”. Isto foi “injustificado tendo em conta que já estavam nas mãos e sob o controlo das autoridades, e foi um acto intencionalmente criminoso... Esta é uma forma de agir injustificada e repugnante, que revela uma

para impedir os saques e os incêndios, e os prisioneiros são intencionalmente libertados e fuzilados. E retoma as queixas dos jovens sobre o aumento da pobreza quando diz: “Devemos investir activamente num processo de renovação dos nossos valo-

se a vitória da Frelimo. Mas quando o caos incluiu pilhagens e incêndios, rapidamente recuou e disse para não se atacar propriedades comerciais. Hoje (sexta-feira, 27) acusou a Frelimo de permitir pilhagens e incêndios sem controlo e de espalhar rumo-



Foto: Orfeu Sá Lisboa/RDP África

um punhado de nada, onde nada cresce, floresce ou se desenvolve”.

Cita “os saques de bens públicos e privados a que temos assistido, sob o olhar inerte das forças de defesa e de segurança”. Refere ainda “a fuga de reclusos da Cadeia de Machava, a recuperação de alguns e o massacre que se seguiu a

sociedade doente, em que os líderes perderam totalmente a sua autoridade. Tal como as coisas estão, Moçambique está a caminhar para a institucionalização da anarquia, do medo colectivo e de pequenos poderes privados radicalizados.”

Martins aborda dois pontos amplamente observados pelo público: a polícia nada faz

res, crenças e objectivos colectivos e individuais, que nos levará à justiça social, mas acima de tudo, à bem-estar de todos.”

Teorias da conspiração?

Venâncio Mondlane na sua transmissão no Facebook no fim-de-semana passado apelou aos seus apoiantes para criarem o “caos” se o Conselho Constitucional aprovas-

res de gangues com catanas que vão pelos bairros saquear e matar. Será extremo acusar a Frelimo de fomentar o medo para quebrar os protestos crescentes?

Ambos os lados promoveram o caos. As pessoas comuns estão suficientemente assustadas para obrigar os seus líderes a falar? (*Mozambique News Reports & Clippings*)